Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quinta-feira, 1º de agosto de 2024

EDIÇÃO 25.134

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Vale da Eletrônica aposta na demanda da indústria 4.0

ECONOMIA Polo de Santa Rita de Sapucaí tem bastante expertise de produtos para IA, Iot e robótica

O polo produtivo a do Vale da Eletrônica, em Santa Rita do Sapucaí, prevê um aumento na demanda por Inteligência Artificial (IA), Internet das Coisas (IoT) e robótica com o desenvolvimento da indústria 4.0 no Brasil. As empresas que formam o Arranjo Produtivo Local (APL) de Eletroeletrônica do município no Sul de Minas são fornecedoras destes segmentos.

Diante do resultado positivo no primeiro semestre, a estimativa do polo é fechar 2024 com crescimento entre 7% e 10%. O presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica (Sindvel), Roberto de Souza Pinto, afirma que o APL tem bastante expertise em produtos para IA, IoT e robótica.

O principal desafio do Vale da Eletrônica, segundo o dirigente, é manter o investimento constante em inovação tecnológica. PÁG. 3

O APL produtivo do Vale da Eletrônica tem como principal desafio a realização de investimentos constantes em inovação tecnológica FOTO: DIVULGAÇÃO / SANZIO MELLO

Geração própria de energia solar supera marca de 3,9 GW em MG

A geração própria de energia solar atraiu investimentos de R$ 19,7 bilhões para Minas Gerais nos últimos 12 anos, com arrecadação de R$ 5,8 bilhões para os cofres públicos. O Estado superou a marca de 3,9 gigawatts de potência instalada na geração própria de energia solar em operação nas residências, comércios, indústrias, propriedades rurais e prédios públicos, segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). PÁG. 5

Anglo American planeja filtragem total de resíduos no Minas-Rio

A Anglo American planeja filtrar 100% dos rejeitos do complexo Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, no Médio Espinhaço. Com a iniciativa, a mineradora poderia reaproveitar os resíduos já despejados, dispensando o uso de barragens. "Trata-se de uma tecnologia de filtragem a vácuo", explica o diretor de Projetos, Euler Piantino. A Anglo está instalando uma planta de filtragem para evitar o lançamento de até 85% dos resíduos na barragem. PÁG. 6

Copom mantém a Selic em 10,5% ao ano

Decisão foi unânime, com o alinhamento dos votos dos quatro diretores do BC indicados pelo presidente Lula PÁG. 14

Lucro da Copasa sobe 30,4% no 2º trimestre com reajuste de tarifas e consumo maior

O lucro da Copasa somou R$ 325 milhões no segundo trimestre, com aumento de 30,4% frente ao registrado no mesmo período de 2023. O resultado positivo foi atribuído pelo diretor financeiro e de Relações com Investidores da companhia, Carlos Augusto Botrel Berto, ao reajuste de tarifas e ao aumento do consumo de água e do volume de esgoto tratado, além do corte de despesas. PÁG. 4

A Copasa registrou lucro de R$ 325 milhões no período entre abril e junho FOTO: DIVULGAÇÃO / COPASA

Faturamento bruto do agronegócio mineiro deve registrar crescimento de 5% em 2024

Estimado em R$ 132,9 bilhões, o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária deve subir 5% em Minas neste ano ante 2023. Baseado nos dados até junho, a previsão foi puxada pela agricultura e pecuária, com avanços de 5,4% e 4,1%, respectivamente. As maiores altas são do VBP do café, de 23,4%. chegando a R$ 34,2 bilhões, e dos suínos, de 73,5%, atingindo R$ 3,8 bilhões. PÁG. 8

O VBP do café em Minas Gerais é estimado em R$ 34,2 bilhões neste ano FOTO: MARCUS-DESIMONI / NITRO

ARTIGOS

EDITORIAL

A economia de Minas Gerais conheceu, a partir da segunda metade do século passado, transformações de grande impacto, com ganhos no processo de diversificação e de industrialização, de que são exemplos o parque siderúrgico e a indústria de material de transporte. Com esse foco não há como deixar de perceber a importância e oportunidade do acordo de cooperação firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento e a Assespro-MG, visando identificar gargalos, buscar soluções e criar meios para fortalecer as empresas do setor instaladas em Minas e atrair novos investidores. PÁG. 2

Veículo aéreo autônomo terá venda exclusiva em BH

PÁG. 9

AGU é contrária à prorrogação da dívida do Estado

PÁG. 7

DÓLAR DIA 31

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 5,6540	R$ 5,6540
TURISMO	R$ 5,6780	R$ 5,8580
PTAX (BC)	R$ 5,6615	R$ 5,6621

EURO DIA 31

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 6,1274	R$ 6,1287

OURO DIA 31

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.447,15
BM&F (g) R$ 440,92

TR dia 1º	0,0739%
POUPANÇA dia 1º	0,5743%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA

OPINIÃO

Os caminhos do dólar na eleição americana

Lucas Sharau
Especialista em mercado financeiro e assessor na iHUB Investimentos

As eleições norte-americanas impactam diretamente o cenário econômico mundial, seja com a possível vitória de Donald Trump, ex-presidente, ou de Kamala Harris, vice-presidente dos Estados Unidos da América. Os recentes acontecimentos da corrida presidencial suscitaram projeções diversas em relação ao futuro econômico dos EUA e às consequências internacionais da vitória de cada candidato.

Nesse ínterim, a moeda americana segue em uma esteira de elevação; nos últimos dias, a cotação bateu a máxima de R$ 5,68. Agora, o valor permanece em certa estabilidade, mantendo o patamar dos R$ 5,60.

Com uma eventual vitória republicana ou democrata, as projeções para a economia e a moeda americana podem seguir caminhos diferentes. No entanto, é importante destacar que as forças que pressionam o dólar são muitas e variadas, tanto no âmbito doméstico brasileiro como no americano, tornando o futuro da moeda ainda mais incerto. Vamos analisar de perto algumas dessas forças para cada cenário.

Eventual vitória de Donald Trump - Num cenário de vitória do ex-presidente Donald Trump, o mercado tende a aquecer e avançar, visto o histórico econômico do governo republicano. Além dos seus feitos à frente da nação americana, Trump ganhou certa projeção após o atentado realizado no início do mês de julho.

O bilionário adota uma política protecionista em relação ao país, buscando trazer valorização para os EUA. Em uma conjuntura internacional, Trump consegue desempenhar boa articulação comercial, muitas vezes realizando pressão em países para alcançar seus objetivos.

No entanto, um ponto negativo em relação à vitória de Trump pode ser a política econômica junto à China. O ex-presidente agia com a postura de "morde e assopra" em relação à China, provocando intrigas e depois pressionando na direção que melhor lhe convinha, o que pode resultar em uma guerra comercial prolongada.

Eventual vitória de Kamala Harris - No penúltimo domingo, 21 de julho, Joe Biden, presidente dos EUA, anunciou sua desistência da corrida presidencial. Através de uma carta aberta, o líder afirmou que cumprirá o final do seu mandato e que apoiará a candidatura de sua vice, Kamala Harris.

O mercado não enxerga com bons olhos uma eventual vitória de Harris para a Casa Branca, dado o histórico da política econômica empregada no atual governo, do qual ela faz parte.

A atual gestão trouxe os índices de inflação americana para suas máximas, permanecendo em altos patamares por um período extenso. Como consequência, a moeda americana, para o americano, segue tendo menos poder de compra.

Conclusão - Numa eleição histórica para a cadeira de 47º presidente dos Estados Unidos da América, o cenário econômico americano segue incerto, e a variação do dólar no mundo também. Há muitas variáveis que impactam o valor da moeda, incluindo políticas fiscais, monetárias, e comerciais, tanto internas quanto externas. As forças em direções opostas no atual cenário político e econômico aumentam a incerteza sobre os rumos da moeda americana, reforçando a necessidade de cautela nas projeções econômicas.

Arapongagem, sósias, contingenciamento

Cesar Vanucci
Jornalista(cantonius1@yahoo.com.br)

"Amigos, amigos; arapongagem à parte" (Variante de conhecido ditado popular).

A arapongagem promovida pela Abin paralela, conectada com o tal "gabinete do ódio", não se contentando em seguir os passos dos adversários políticos, magistrados, jornalistas e muita gente mais, colocou sob mira de forma "mui amiga", personagens da própria grei dos espiões. Com muitas revelações chocantes e desnorteantes já vindas a furo nas certeiras investigações da PF, tem-se como certo que a bisbilhotagem foi feita por atacado, alvejando gregos e troianos, pessoal das fileiras "inimigas" e da copa e cozinha doméstica. Não seria de se estranhar que os executores do esquema, num dado momento de sua abelhuda missão, tenham-se embaralhado de tal maneira a ponto de se autogrampearem. Aliás, devem ter se inspirado numa comédia cinematográfica, onde um agente secreto da CIA, em surto paranoico, cisma de espelhar grampos em todos os cômodos da residência, vigiando-se o tempo todo. O desenrolar das apurações está prometendo, ao lado das inevitáveis punições a serem aplicadas aos autores dos mal feitos, outras passagens dignas de serem aproveitadas em enredos dos filmes de Mr. Bean, Agente 86 e Inspetor Closeau. Dos fatos narrados desponta a constatação de que os "espias", com sua metralhadora giratória, andaram criando variante para o conhecido ditado popular "Amigos, amigos; negócios à parte". Esta aqui: "Amigos, amigos; arapongagem à parte."

2) Sósias - Equivoca-se rotundamente quem supõe seja "invenção" brasileira a história de sósia que prolifera nas desregulamentadas redes sociais. Fruto de rematada maledicência e doideira irremediável, a propagação a rodo nas plataformas, em tom de cumplicidade sombria, de que determinado personagem político famoso "desencarnou", sendo substituído por "sósia", tenta passar à opinião pública a maquiavélica ideia de sinistra conspiração política. Na campanha sucessória em curso nos Estados Unidos, explodiu também, divulgação intensa dentro do esquema das famigeradas fake news, a respeito da "morte" do presidente Joe Biden. Um "sósia", no caso o "irmão gêmeo" estaria à frente da administração do país e atuando em sua representação perante o resto do mundo. Como se vê, os extremistas de lá se assemelham muitíssimo com os de cá.

3) Contingenciamento - Governo e Congresso estão dando tratos à bola com o intuito de reduzir despesas de maneira a assegurar equilíbrio nas contas públicas. O valor a ser contingenciado é de R$ 15 bilhões. Muita gente não consegue entender o porquê de o responsáveis pela analise do problema não terem atinado ainda com a possibilidade de duas óbvias medidas. A primeira, redução significativa dos recursos destinados às emendas parlamentares. Segunda, cobrar, sem esse papo de anistia, as multas aplicadas aos partidos políticos pela Justiça Eleitoral, da ordem de R$ 2,5 bilhões. Isso aí...

EDITORIAL

Construir o futuro

A economia de Minas Gerais conheceu, a partir da segunda metade do século passado, transformações de grande impacto, com ganhos no processo de diversificação e, particularmente, de industrialização, de que são exemplos o parque siderúrgico e a indústria de material de transporte. Um esforço bem orientado e fundado no planejamento produziu resultados que devem ser festejados, mas não bastam para alterar o fato de que mineração e agronegócio prosseguem como principal atividade econômica nos limites do território mineiro. E de alguma forma também um desafio para o futuro, para quem tentar antecipar os rumos da economia regional, assim orientando este processo na melhor direção. Cabe refletir sobre o que somos e, mais ainda, sobre o que desejamos ser.

Com esse foco não há como deixar de perceber a importância e oportunidade do acordo de cooperação firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento e a Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro-MG), visando identificar gargalos, buscar soluções e criar meios para fortalecer as empresas do setor instaladas em Minas, atrair novos investidores, além de criar meios para estimular a inovação. O ponto de partida será a elaboração de diagnóstico sobre o setor, a cargo de um grupo de trabalho reunindo governo, empresas e academia, apontando potencialidades a explorar e gargalos a desobstruir. A partir daí será estruturado algo como um guarda-chuva de ações, desde a formação de mão de obra passando pelo monitoramento das empresas de base tecnologia e suas eventuais dificuldades.

Conforme declarou ao Diário do Comércio o presidente da Assespro-MG, Fernando Santos, o que se pretende é deixar Minas Gerais na vanguarda do setor, com empresas de base tecnológica bem sólidas. E tudo isso tendo como resultado mais imediato a geração de renda e de empregos de qualidade, com impacto também no aumento da arrecadação e no desenvolvimento da sociedade. Mais que aplaudir a iniciativa cabe ressaltar que ela representa também um modelo inovador em termos de articulação e fomento, certamente merecendo ser replicado em escala mais ampla.

Porque na realidade este movimento ajuda a responder às indagações feitas no início deste comentário no sentido de ampliar horizontes e criar alternativas para além das atividades tradicionais que determinaram a ocupação do território de Minas Gerais, erigiram sua base econômica e, passados três séculos, pouco mais, não evoluíram da forma desejável ou em acordo com as potencialidades regionais.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:

Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Empresas anseiam por demanda da indústria 4.0

VALE DA ELETRÔNICA Indústrias do APL de Santa Rita do Sapucaí estão preparadas para fornecer equipamentos para IA, IoT e robótica; estimativa é fechar ano com alta de 7% a 10%

MARCO AURÉLIO NEVES

A indústria do Vale da Eletrônica, em Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas, está na expectativa de que o desenvolvimento da indústria 4.0 no Brasil gere uma demanda por Inteligência Artificial (IA), Internet das Coisas (IoT) e robótica nas empresas, segmentos dos quais o polo produtivo é fornecedor.

Com entregas já programadas com distribuidores de todo o País, a demanda das empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local (APL) de Eletroeletrônica de Santa Rita do Sapucaí foi positiva no primeiro semestre de 2024. A estimativa do APL é fechar o ano com crescimento de 7% a 10%.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica (Sindvel), Roberto de Souza Pinto, conta que o APL Eletroeletrônico tem bastante expertise em produtos para IA, IoT e robótica. "Esses três itens vão juntos. É um processo que vai implantar nas indústrias para a indústria 4.0", disse.

O setor anseia que o desenvolvimento de fábricas inteligentes gere uma demanda significativa para o APL nos próximos meses. "As indústrias do Brasil, independentemente de setores, todos os tipos, dependem dessas três inovações tecnológicas e nós somos fornecedores disto. Se essas empresas demandarem com sucesso, nós vamos crescer com sucesso", completa o presidente do Sindvel.

O principal desafio do Vale da Eletrônica atualmente, aponta o presidente do Sindvel, é manter o investimento constante em inovação tecnológica, em um setor de alto custo de matéria-prima e mão de obra, para ter competitividade com um mercado globalizado. "Na Coreia, Estados Unidos, Taiwan, Japão, China, estão inovando por minuto. Temos que manter esse padrão de inovação junto, senão os produtos ficam descontinuados", afirma Souza Pinto.

Entre 38% a 42% da matéria-prima necessária para a fabricação de eletrônicos é composta por produtos importados, como componentes eletrônicos e semicondutores. Até por conta disso, as empresas do APL Eletroeletrônico são impactadas pela variação cambial.

Capital de giro - A recente desvalorização do real frente ao dólar afetou o capital de giro das empresas do Vale da Eletrônica, pontua Roberto de Souza Pinto. Com a necessidade de dispor maior quantidade da moeda brasileira para aquisição da mesma quantidade de matéria-prima importada, a indústria local busca empréstimos bancários e tem juros elevados.

Porém, o dólar alto tem uma vantagem ao APL de Santa Rita de Sapucaí: a região é considerada um grande substituidor de importação no mercado nacional. "Com a alta do dólar, o produto acabado do exterior fica mais caro no Brasil. Então, melhora a competitividade do nosso produto", explica Souza Pinto. "É uma faca de dois gumes, afia de um lado e fica cega do outro. Tem que ter um lado bom pra cortar", finaliza.

Nesta semana, entre hoje (1º) e domingo (4), a cidade polo do APL de Eletroeletrônica, Santa Rita do Sapucaí, sedia o HackTown, festival de inovação, negócios, tecnologia e criatividade que reunirá mais de 300 startups e terá mais de 100 painéis, mais de 800 palestras, entre diversas outras ações com milhares de executivos, profissionais e empreendedores dos setores da tecnologia.

> **"As indústrias do Brasil, independentemente de setores, todos os tipos, dependem dessas três inovações tecnológicas e nós somos fornecedores disso"**
> Roberto de Souza Pinto

Indústria 4.0 no Brasil, segundo especialistas, ainda está "engatinhando; Vale da Eletrônica é região fornecedora de equipamentos para este tipo de segmento FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

CONSTRUÇÃO CIVIL

Falta de mão de obra trava industrialização

São Paulo - A industrialização na construção civil avançou, mas a falta de mão de obra especializada e a tributação mais alta em relação ao sistema convencional estão entre os principais empecilhos para modernizar a produtividade.

Apenas 24% das empresas do setor usam sistemas industrializados em mais de 75% de seus projetos. É o que mostra a Sondagem da Construção em Sistemas Industrializados, primeira radiografia do setor da construção industrializada no Brasil, elaborada pela FGV Ibre e encomendada pelo Modern Construction Show.

Segundo Ana Maria Castelo, responsável pelo estudo, os processos industrializados são realidade na construção civil, mas ainda não têm grande disseminação. "É um copo meio cheio, meio vazio. Por um lado, tem um percentual elevando utilizando. Por outro, metade das empresas que afirmaram não utilizar nenhum tipo de sistema industrializado disseram que não o fazem por não ter o perfil de uma empresa que deveria investir em modernização", afirma.

A construção industrializada está associada à produção dos componentes em ambiente industrial e, posteriormente, montados nos canteiros de obras, o que permite acelerar as obras e controlar os custos. Segundo o estudo, 64,5% das empresas usam sistemas industrializados. O principal segmento que utiliza essa solução é o residencial, com 50,8% das obras.

A maioria das empresas (58,4%) respondeu que os sistemas são usados em, no máximo, 50% das obras. Os mais empregados são os kits elétricos (82,1%), seguidos pelas estruturas pré-fabricadas de concreto (70,5%), pelo *drywall* (64,4%), pelas estruturas em aço (60,2%) e pelos kits hidráulicos (53,5%). Entre os motivos apontados para adotar a construção industrializada, aparece em primeiro lugar o menor prazo de conclusão da obra (81,5%). Na sequência, vêm a diminuição do uso de mão de obra no canteiro (71,6%), maior controle de custos (66%), menor geração de resíduos (63,9%), melhoria do desempenho (61,1%) e redução de impactos ambientais (59,3%).

Porém, a principal dificuldade citada para não ampliar o uso da industrialização é uma dor também no sistema convencional de construção: falta de mão de obra. A capacitação de projetistas e dos próprios gestores completa um quadro que aponta a necessidade de formação de pessoas. Quem investe o faz para melhorar produtividade, mas sente dificuldade em achar profissionais qualificados. Os que não investem mencionam a falta de capacitação para iniciar o processo. "O setor sofreu um apagão de mão de obra em 2007 e 2013. Cada vez que se depara com um período de crescimento, se depara com falta de mão de obra e surge a preocupação em ampliar a discussão de industrializar a construção. Agora, traz especialmente a questão da sustentabilidade, porque gera menos resíduos", afirma Ana Maria.

O outro entrave pode ser resolvido com a reforma tributária, se o texto sancionado seguir o caminho atual. "O setor sempre bateu muito na questão de desestímulo à industrialização por causa da cobrança de ICMS. A princípio, como está sendo desenhado, a reforma será positiva nesse sentido porque irá unificar tributos e deixará de haver distinção", completa.

Para a economista, a construção civil brasileira precisa de ações institucionais efetivas para melhorar indicadores de produtividade e industrialização. Ela afirma, porém, que o saldo da sondagem é positivo. Em todos os grupos de empresa de menor a maior porte, as respostas sugerem uma melhora na disseminação da industrialização nos próximos 12 meses. A maioria (74%) irá aumentar os seus processos industrializados na parte de estrutura dos projetos.

A pesquisa nacional foi feita entre 15 de maio e 14 de junho com 510 empresas, dos setores de edificações (residenciais e não residenciais), infraestrutura e serviços especializados. **(Ana Paula Branco/Folhapress)**

Comum acordo para solução de conflito coletivo

Paulo Sergio João
Advogado e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O site do TST (Tribunal Superior do Trabalho) noticiou que foi submetido à sistemática de recursos repetitivos da recusa deliberada de participar do processo de negociação coletiva e que presumiria violação ao princípio da boa-fé. A questão não é simples e se apresenta com extrema relevância essa constitucionalidade já foi objeto de apreciação pelo STF, que fixou tese no Tema 841 que prevê a necessidade de comum acordo entre as partes como requisito para o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica.

Em relação ao comum acordo das partes, há entendimentos de que a simples presença na audiência designada pelo tribunal implica aceitação tácita de que o Judiciário trabalhista aprecie o conflito, dirimindo a controvérsia. O problema surge quando há manifestação expressa contrária ao comum acordo em que uma das partes busca a intervenção do Judiciário para a solução.

O resultado natural seria, salvo melhor juízo, dada a condição de comum acordo não atendida por uma das partes, a extinção e arquivamento a fim de que as partes prosseguissem as negociações que deveriam ser levadas à exaustão, inclusive com possibilidade de greve pelos trabalhadores a fim de negociar as pretensões.

O § 2º, do artigo 114, da CF, estimula a negociação coletiva de forma autônoma, permitindo a busca voluntária das partes do judiciário trabalhista, como mediador ou árbitro e não órgão julgador. Diga-se, portanto, que no tema do comum acordo, o caminho a percorrer pelo TST não admitiria flexibilidade quanto à condição fundamental do comum acordo.

> ***"A negociação coletiva representa um instrumento relevante de paz social, e o pressuposto de que seja fruto de autocomposição transfere para as partes a responsabilidade pelo quanto negociado, validando sua aplicação durante sua vigência"***

Em caso de greve, também deveria ser limitada a intervenção do judiciário trabalhista, com exceção dos serviços essenciais, quando o empregador se socorre da Justiça do Trabalho contra a vontade dos empregados grevistas, desejosos de solucionar o conflito por meio de negociação. Em geral a decisão do Judiciário resolve o processo e não o conflito.

Em geral, as interpretações que pretendem justificar esse direito partem da Convenção 154 da "OIT sobre a promoção da negociação coletiva", que diz respeito ao conceito de negociação coletiva e seus objetivos de definir condições de trabalho e termos de emprego; regular relações entre empregadores e trabalhadores e regular as relações entre empregadores ou suas organizações e uma organização de trabalhadores ou organizações de trabalhadores.

Portanto, a negociação coletiva é conflito de interesses que deve ser enfrentado pelas partes a fim de adequação no âmbito das relações coletivas de trabalho. A negociação coletiva representa um instrumento relevante de paz social, e o pressuposto de que seja fruto de autocomposição transfere para as partes a responsabilidade pelo quanto negociado, validando sua aplicação durante sua vigência.

ECONOMIA PARA TODOS

GUILHERME ALMEIDA

Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG.

Diversificação econômica

A dependência econômica de um município em relação a uma única atividade, como a mineração em muitas regiões de Minas Gerais, traz diversas implicações econômicas e sociais. A concentração de renda em uma única indústria torna a economia local vulnerável a flutuações de mercado. No caso da mineração, uma queda nos preços dos minerais ou na demanda pode resultar em desemprego e na diminuição da arrecadação de impostos. A falta de diversificação impede que a cidade tenha outras fontes de receita, dificultando o desenvolvimento econômico a longo prazo.

Socialmente, essa dependência pode criar um ambiente de monocultura, onde a maioria dos empregos está diretamente ligada à indústria principal. Isso reduz as oportunidades para jovens e profissionais de outras áreas, levando muitos a migrarem para outras regiões em busca de trabalho. Esse êxodo populacional reduz a diversidade econômica e cultural do município, causa o envelhecimento da população e diminui a demanda por serviços locais. A mineração, em especial, também pode apresentar impactos ambientais, afetando a saúde e a qualidade de vida da população local, aumentando os custos de saúde pública e diminuindo a atratividade da região para novos investimentos e turismo.

Diante dessa realidade, municípios com essa dependência precisam repensar sua estrutura e traçar um plano de transição, seja para diversificar suas possibilidades, seja em decorrência do esgotamento natural de algumas indústrias, especialmente as extrativas minerais. Nesse ponto, programas como o "Itabira Sustentável" surgem como uma resposta bem estruturada. A extração do minério de ferro, forte na comunidade há décadas, está gradualmente chegando ao fim. Com isso, o pensamento que originou o projeto é o de ressignificar a estrutura socioeconômica local.

O programa explora diversos aspectos da diversificação econômica, incluindo ordenamento territorial e urbano, mobilidade, preservação e recuperação ambiental, e valorização do patrimônio cultural. O plano de diversificação econômica busca transformar as infraestruturas existentes em peças-chave do desenvolvimento, focando em atividadesde crescente importância. Isso inclui indústrias de base, tecnologia e inovação, prestação de serviços de saúde e gestão de resíduos sólidos. As diretrizes estratégicas incluem consolidar o município como um atrativo para o turismo histórico-cultural e como um polo macrorregional de saúde e economia do conhecimento.

Ao adotar essas estratégias, Itabira busca garantir um futuro sustentável e diversificado, capaz de superar a redução da atividade da mineração e promover um desenvolvimento equilibrado. Bons exemplos devem ser difundidos. Que esse projeto sirva de inspiração para tantos outros municípios que necessitam repensar sua estrutura socioeconômica.

Em junho de 2024, a cobertura do serviço de água da empresa em sua área de abrangência ficou acima de 99%, superando a meta do Novo Marco do Saneamento FOTO: DIVULGAÇÃO / COPASA

Copasa lucra R$ 325 mi no segundo trimestre

ÁGUA E ESGOTO Valor é 30,4% maior que o registrado no mesmo período de 2023; reajuste tarifário impulsionou resultado

JULIANA SODRÉ

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) lucrou R$ 325 milhões no segundo trimestre de 2024. O valor é 30,4% maior que o apurado no mesmo intervalo de 2023. Entre os destaques para o período estão o aumento no consumo e o reajuste tarifário da estatal mineira.

Segundo o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Copasa, Carlos Augusto Botrel Berto, em teleconferência de divulgação dos resultados, ontem, a elevação das tarifas, o aumento do consumo de água e do volume de esgoto tratado, além da diminuição dos custos das despesas, puxaram o crescimento.

Para o segundo semestre, a companhia espera um desempenho ainda melhor. De acordo com o diretor, analisando o retrospecto dos últimos anos, a tendência é que a Copasa tenha uma melhora em volume no segundo semestre do ano, principalmente, se for considerado como paradigma o parâmetro do ano de 2023, quando houve um aumento elevado da temperatura no meio ambiente entre os meses de outubro e novembro.

"Se esse movimento se repetir, é provável que a companhia apresente uma melhora em volume decorrente do clima. Para além disso, cumpre registrar que nós já apresentamos um incremento do volume da ordem de 7%, que são decorrentes também de ações comerciais da companhia", avaliou Berto.

> **"O aumento no consumo de água em 7,2% e de esgoto tratado em 7,7%, além do reajuste tarifário de 4,21% aplicado em janeiro deste ano, puxaram o crescimento"**
> Carlos Botrel

Quanto ao Ebitda, que mede o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, ficou em R$ 726,4 milhões, 12% superior ao valor registrado no segundo trimestre do ano passado (R$ 647,8 milhões).

A receita líquida ficou em R$ 1,74 bilhão no segundo trimestre, montante 10,7% superior ao registrado em igual intervalo de 2023, quando somou R$ 1,57 bilhão.

De acordo com o diretor, "o aumento no consumo de água em 7,2% e de esgoto tratado acima dos 7% (7,7%), além do reajuste tarifário de 4,21% aplicado em janeiro deste ano, puxaram o crescimento".

Outro motivo que também contribuiu para a alta do lucro foi a redução de 3,6% dos custos e das despesas, que totalizaram R$ 1,74 bilhão ante os R$ 1,22 bilhão do segundo trimestre do ano passado.

Além disso, a inadimplência registrou queda e atingiu uma das menores taxas dos últimos sete anos: 2,97% em junho deste ano. Em junho do ano passado, o percentual era de 3,11%.

Investimentos - Os investimentos destinados a obras de melhorias no abastecimento de água e esgoto em Minas Gerais também registraram aumento. De janeiro a junho, foram R$ 901,3 milhões, um aumento de 33,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Conforme informou o diretor da companhia, o montante faz parte do Programa de Investimentos da Copasa que prevê, até 2028, investimentos de R$ 9,8 bilhões.

Cobertura dos serviços - Em junho de 2024, a cobertura do serviço de água da empresa em sua área de abrangência ficou acima de 99%, superando a meta do Novo Marco do Saneamento. Quanto ao esgotamento sanitário, a Companhia apresentou, em junho de 2024, cobertura global de 76,5% para esgoto coletado e tratado em Minas Gerais.

Atualmente, a companhia atende 11,7 milhões de habitantes na distribuição de água e 8,6 milhões de habitantes para o tratamento de esgoto.

PETRÓLEO

União arrecadou R$ 17 bilhões com leilão

Rio - O leilão de petróleo da União realizado pela estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) arrecadou R$17 bilhões ontem, superando em R$2 bilhões as expectativas iniciais, com lances vencedores da Petrobras e das chinesas CNOOC e PetroChina.

O certame, considerado o mais competitivo já realizado, comercializou 37,5 milhões de barris de petróleo da União do pré-sal, referentes à produção estimada para 2025, nos campos de Búzios e Mero, segundo e terceiro maiores produtores de petróleo do Brasil, ambos no pré-sal da Bacia de Santos.

A Petrobras, que disputou todos os lotes, venceu dois, sendo 12 milhões de barris de Mero e 2,5 milhões de barris de Búzios. Já a CNOOC levou outros 12 milhões de Mero e a PetroChina 11 milhões também de Mero.

A Petrobras é operadora desses campos do pré-sal, mas atua em parceria com as companhias chinesas CNOOC e CNODC, em Búzios, além de Shell, TotalEnergies e CNOOC e CNPC em Mero.

"Hoje nós tivemos o leilão com a maior competição da história e o maior valor já dado pelo óleo da União nos contratos de partilha", afirmou a presidente interina da PPSA, Tabita Loureiro, após o certame.

No leilão, o quarto a ser realizado pela estatal, as cargas foram vendidas com um desconto ante o Brent datado, uma referência futura internacional publicada diariamente na Platts.

O desconto ocorre uma vez que os ganhadores ficam com a responsabilidade de buscar o petróleo no FPSO e arcar com todos os custos logísticos para levar a carga até o mercado final.

Loureiro destacou que as cargas foram vendidas por Brent datado entre menos US$1,35 por barril e menos US$1,85 por barril, enquanto os contratos vigentes entre 2022 e 2024 eram de Brent menos US$5,98 para Mero e Brent menos US$7,12 para Búzios.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, comemorou o resultado, apontando que os recursos arrecadados "vão ajudar no equilíbrio fiscal, vão ajudar a financiar a saúde, vão ajudar a financiar a educação".

O leilão teve ainda um recorde de dez empresas habilitadas. Até então, o maior número de empresas habilitadas havia sido registrado no terceiro leilão de petróleo da União, realizado em novembro de 2021, quando seis empresas enviaram a documentação e três apresentaram lances.

Resultados - No primeiro lote, a Petrobras levou 12 milhões de barris de petróleo que serão produzidos pela plataforma do tipo FPSO Guanabara, no campo de Mero. A oferta foi de Brent datado menos US$1,85 por barril, versus valor mínimo de menos US$4,40 o barril.

O Brent datado é uma referência futura internacional publicada diariamente na Platts.

A petroleira estatal levou ainda o quarto lote, de 2,5 milhões de barris de petróleo, a serem produzidos por cinco FPSOs no campo de Búzios, após uma disputa em viva voz com a brasileira PRIO e a chinesa CNOOC.

No quarto lote, a Petrobras venceu com uma oferta de Brent datado menos US$1,85 por barril, versus valor mínimo de menos US$4,25 o barril.

A Petrobras também chegou a disputar em viva voz os dois demais lotes, antes de perder para as duas chinesas.

A CNOOC venceu o segundo lote, também de 12 milhões de barris de petróleo, da plataforma FPSO Sepetiba, no campo de Mero, por Brent datado menos US$1,59 por barril, *versus* valor mínimo de menos US$4,40 o barril.

Já a PetroChina venceu o terceiro lote, de 11 milhões de barris de petróleo, a serem produzido nas plataformas FPSO Duque de Caxias e Pioneiro de Libra, por Brent datado menos US$1,35 por barril, versus valor mínimo de menos US$4,40 o barril.

A PPSA é responsável por comercializar o petróleo da União produzido a partir dos contratos de partilha de produção em campos do pré-sal. **(Reuters)**

Geração própria em MG soma quase R$ 20 bi

ENERGIA SOLAR **Estado superou a marca de 3,9 *gigawatts* de potência instalada em telhados e pequenos terrenos**

RODRIGO MOINHOS

Nos últimos 12 anos, a geração própria de energia solar já proporcionou para Minas Gerais a atração de R$ 19,7 bilhões em investimentos, geração superior a 117 mil empregos e uma arrecadação de R$ 5,8 bilhões aos cofres públicos. Este investimento bilionário fez com que o Estado superasse a marca de 3,9 gigawatts de potência instalada na geração própria de energia solar em operação nas residências, comércios, indústrias, propriedades rurais e prédios públicos, segundo apontou o último mapeamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

No levantamento anterior, feito em fevereiro de 2024, Minas Gerais tinha recebido R$ 17,6 bilhões em aportes e contava com 3,4 gigawatts de potência instalada na geração própria de energia solar. Atualmente, o território mineiro possui mais de 299 mil conexões operacionais, espalhadas por 853 cidades, cobrindo 100% dos municípios com produção própria de energia solar.

O Estado conta com mais de 687 mil consumidores de energia elétrica que já contabilizam alguma redução na conta de luz, maior autonomia e confiabilidade elétrica.

Para o coordenador estadual da Absolar em Minas Gerais, Bruno Catta Preta, o incremento nos aportes em Minas Gerais se deve ao fato de que a energia solar está ficando cada dia mais conhecida. "Com o acesso mais fácil e a redução nos custos dos equipamentos, a energia solar está ficando mais acessível, sem contar que as pessoas têm dado mais valor em relação à economia e durabilidade dos equipamentos, que ainda contam com garantia de 25 anos", apontou.

Para Catta Preta, o incremento nos aportes em Minas se deve à maior popularidade da energia solar FOTO: DIVULGAÇÃO / ABSOLAR

Potencial - Ainda segundo Catta Preta, o segmento conta com uma grande margem para crescimento em Minas Gerais, uma vez que o Estado possui 9,9 milhões de unidades consumidoras de energia, mas apenas 6,9% delas participam da geração de energia solar fotovoltaica. Mesmo com muito campo para crescimento, a legislação ainda precisa evoluir, pois tudo é muito novo.

"Quando falamos da Capital, esse índice é menor ainda, ficando em torno de 4%. Entretanto, o mercado está amadurecendo e as perspectivas para o setor são muito boas. Minas Gerais é atualmente um importante centro de desenvolvimento da energia solar, sem contar que a tecnologia fotovoltaica representa um enorme potencial de geração de emprego e renda, atração de investimentos privados e colaboração no combate às mudanças climáticas", destacou.

"O avanço da energia solar tanto em Minas Gerais quanto no País é fundamental para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Brasil"

Por conta desses fatores, o avanço da energia solar tanto em Minas Gerais quanto no País é fundamental para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Brasil e ajuda a diversificar o suprimento de energia elétrica do País, reduzindo a pressão sobre os recursos hídricos e o risco da ocorrência de bandeira vermelha na conta de luz da população, afirmou.

Acesso ao crédito impulsiona setor

O acesso ao crédito para a instalação de placas solares é um dos fatores que vem impulsionando o segmento. O coordenador da Absolar, Bruno Catta Preta, reforça que hoje está mais fácil conseguir capital para investir na geração própria de energia solar.

"Hoje, todos os bancos têm linhas de crédito voltada para energia solar fotovoltaica, inclusive um crédito mais em conta que os normais. O Banco do Brasil, por exemplo, tem o Finame, que é uma linha de crédito especial, com carência de seis meses para começar a pagar e juros bem em conta. O banco do Nordeste também conta com juros bem acessíveis para energia solar. O importante é que hoje todas as instituições bancárias oferecem recursos para quem quer investir na energia solar", destacou.

Muitas vezes, o valor de prestação sai mais em conta do que é pago para a concessionária de energia. "Com isso, o risco para o banco é mínimo, uma vez que ele pode colocar o equipamento como garantia e não se trata de uma prestação nova. É deixar de pagar à fornecedora para custear o financiamento feito junto ao banco.", considerou.

De acordo com ele, o mundo inteiro está buscando incluir a energia solar fotovoltaica na sua matriz energética e o Brasil já tem uma matriz limpa e renovável por natureza. "Afinal de contas, a principal fonte da nossa matriz ainda é a hídrica. Só que, pela primeira vez na história, a fonte hídrica caiu de 50% para 47%, enquanto a solar vem em crescimento e já chegou a 19%. E a terceira fonte é a eólica. Isso é algo que temos que ter orgulho e o governo precisa incentivar esse movimento de geração de energia solar", considerou.

Para o presidente executivo da Absolar, Rodrigo Sauaia, o crescimento da geração própria de energia solar fortalece a sustentabilidade e o protagonismo internacional do Brasil alivia o orçamento das famílias e amplia a competitividade dos setores produtivos brasileiros.

"A fonte solar é uma alavanca para o desenvolvimento do País. Em especial, temos uma imensa oportunidade de uso da tecnologia em programas sociais, como casas populares do programa Minha Casa Minha Vida, na universalização do acesso à energia elétrica pelo programa Luz para Todos, bem como no seu uso em prédios públicos, como escolas, hospitais, postos de saúde, delegacias, bibliotecas, museus, parques, entre outros, ajudando a reduzir os gastos dos governos com energia elétrica para que tenham mais recursos para investir em saúde, educação, segurança pública e outras prioridades da sociedade brasileira", concluiu o dirigente. **(RM)**

Margem de crescimento no Estado ainda é elevado, já que das 9,9 milhões de unidades consumidoras de energia, apenas 6,9% participam do segmento FOTO: ARQUIVO / DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALISSON J. SILVA

ENERGISA S.A.
- COMPANHIA ABERTA -
CNPJ nº 00.864.214/0001-06
NIRE 31.300.025.039

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 18:00 horas do dia 26 de julho de 2024, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Cataguases e Estado de Minas Gerais, na Praça Rui Barbosa, nº 80, parte, Centro, CEP 36.770-901. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Convocados regularmente todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, verificou-se o quorum suficiente para a instalação da presente Reunião do Conselho de Administração. **3. MESA**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Omar Carneiro da Cunha Sobrinho e secretariados pela Sra. Jaqueline Mota Ferreira Oliveira. **4. ORDEM DO DIA**: Deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) aprovação para realização da 2ª (segunda) emissão de notas comerciais, em série única, da Companhia, no valor de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("**Notas Comerciais**" e "**Emissão**", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 160, de 13 de julho de 2022 ("**Resolução CVM 160**" e "**Oferta**", respectivamente); (ii) autorização para a prática, pela Diretoria da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, (a) a contratação de instituição financeira autorizada a operar no mercado de capitais para realizar a colocação das Notas Comerciais no âmbito da Oferta ("**Coordenador Líder**"), podendo fixar as respectivas comissões, negociar e assinar o respectivo mandato e/ou contrato de prestação de serviços; (b) a contratação dos demais prestadores de serviços para fins da Oferta, tais como o agente fiduciário ("**Agente Fiduciário**"), que representará a comunhão dos titulares das Notas Comerciais, o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("**B3**"), os assessores legais, entre outros, podendo para tanto fixar os respectivos honorários, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviços; e (c) a negociação e a celebração de quaisquer instrumentos (inclusive eventuais aditamentos e procurações) necessários à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando a, ao "*Termo de Emissão da 2ª Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, para Distribuição Pública, da Energisa S.A.*" ("**Termo de Emissão**"), o "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais, em Série Única, da 2ª Emissão da Energisa S.A*" ("**Contrato de Distribuição**") e dos demais documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta (inclusive eventuais aditamentos); (iii) autorização para que qualquer Diretor ou procurador que venha a ser nomeado em procuração a ser assinada por 2 (dois) Diretores da Companhia tome todas as providências e realize todo e qualquer ato necessário, bem como assine, isoladamente, quaisquer documentos necessários à implementação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao Termo de Emissão (e seus eventuais aditamentos) e o Contrato de Distribuição; e (iv) a ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às deliberações acima. **5. DELIBERAÇÕES**: Instalada a presente reunião, após exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, os membros presentes do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: 5.1 Autorizar a lavratura da presente ata em forma de sumário. 5.2 Autorizar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas no Termo de Emissão: I. **Número da Emissão**. A Emissão objeto do Termo de Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de Notas Comerciais da Companhia. II. **Valor Total da Emissão**. O valor total da Emissão é de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("**Valor Total da Emissão**"), na Data de Emissão. III. **Quantidade de Notas Comerciais**. Serão emitidas 1.000.000 (um milhão) Notas Comerciais. IV. **Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única. V. **Destinação dos Recursos**. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Notas Comerciais serão destinados ao reforço de caixa para gestão ordinária dos negócios da Companhia. VI. **Colocação e Procedimento de Distribuição**. As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública, sob o rito automático de registro perante a CVM e sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais escriturais, com a intermediação do Coordenador Líder, responsável pela colocação das Notas Comerciais, nos termos a serem previstos no Contrato de Distribuição. VII. **Banco Liquidante e Escriturador**. O banco liquidante da Emissão e escriturador das Notas Comerciais será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, estado de São Paulo, no Núcleo da Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12 ("**Banco Liquidante**" e "**Escriturador**", cujas definições incluem quaisquer outras instituições que venham a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador na prestação dos serviços de banco liquidante no âmbito da Emissão e/ou escrituração das Notas Comerciais, conforme o caso). VIII. **Local de Emissão**. Para todos os fins e efeitos legais, o local de emissão das Notas Comerciais será a Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais. IX. **Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica.** As Notas Comerciais serão depositadas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP21**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3. X. **Data de Emissão**. Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Notas Comerciais será aquela definida no Termo de Emissão ("**Data de Emissão**"). XI. **Garantia**. As Notas Comerciais não contarão com garantias de qualquer natureza. XII. **Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade**. As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta, extrato em nome do titular das notas comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais. XIII. **Prazo e Data de Vencimento**. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido) ou do resgate antecipado total decorrente da Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão, as Notas Comerciais terão prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão ("**Data de Vencimento das Notas Comerciais**"). XIV. **Atualização Monetária das Notas Comerciais**. O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente. XV. **Remuneração das Notas Comerciais**. Sobre o Valor Nominal Unitário, das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("**Taxa DI**"), acrescida de sobretaxa equivalente a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração**"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento. XVI. **Pagamento do Valor Nominal Unitário:** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do Resgate Antecipado Facultativo Total, do Resgate Antecipado Obrigatório ou do resgate antecipado total decorrente da Oferta de Resgate Antecipado ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais será pago em uma única parcela, equivalente a 100% (cem por cento) do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, na Data de Vencimento. XVII. **Periodicidade de Pagamento da Remuneração**. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do Resgate Antecipado Facultativo Total, do Resgate Antecipado Obrigatório ou do resgate antecipado total decorrente da Oferta de Resgate Antecipado ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração das Notas Comerciais será paga na Data de Vencimento das Notas Comerciais, ("**Data de Pagamento da Remuneração**"). XVIII. **Local de Pagamento**. Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento e em conformidade, conforme o caso: (a) com os procedimentos adotados pela B3, para as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) com os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 ("**Local de Pagamento**"). **XIX. Prorrogação dos Prazos**. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia que não houver expediente bancário no local de pagamento das Notas Comerciais, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente do Termo de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com Dia Útil. Para fins do Termo de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais na República Federativa do Brasil. XX. **Encargos Moratórios**. Sem prejuízo da Remuneração ou de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos Titulares de Notas Comerciais, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas incorridas para cobrança ("**Encargos Moratórios**"). XXI. **Preço de Subscrição**. O preço de subscrição e integralização das Notas Comerciais na Primeira Data de Integralização será o seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas e procedimentos de liquidação da B3. Caso seja possível a integralização em mais de uma data, a Nota Comercial que venha ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, deverá ser integralizada considerando o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização ("**Preço de Subscrição**"). As Notas Comerciais poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, de comum acordo entre a Companhia e o Coordenador Líder, no ato de subscrição das Notas Comerciais, observado que referido ágio ou deságio deverá ser aplicado de forma igualitária à totalidade dos titulares das Notas Comerciais em cada data de integralização. XXII. **Data de Subscrição e Integralização**. As Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, em uma ou mais datas. A integralização das Notas Comerciais será realizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo Preço de Subscrição, dentro do período de distribuição na forma do artigo 59 da Resolução CVM 160, e de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da B3, em valor correspondente ao Preço de Subscrição. XXIII. **Fundo de Amortização.** Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão. XXIV. **Classificação de Risco.** Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da presente Emissão. XXV. **Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais.** A Companhia poderá, a qualquer momento, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Titulares de Notas Comerciais, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais ("**Resgate Antecipado Facultativo Total**"), mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais e dos encargos devidos e não pagos, nos termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão. XXVI. **Oferta Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Notas Comerciais, sendo vedada a oferta de resgate antecipado parcial, com o consequente cancelamento das Notas Comerciais, endereçada a todos os titulares das Notas Comerciais, sendo assegurado a todos os titulares das Notas Comerciais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais por eles detidas ("**Oferta de Resgate Antecipado")**, nos termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão. XXVII. **Aquisição Facultativa.** As Notas Comerciais poderão ser adquiridas pela Companhia, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo titular de Notas Comerciais vendedor, desde que observe as regras expedidas pela CVM. XXVIII. **Resgate Antecipado Obrigatório.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula XXV acima, a Companhia deverá realizar um resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais ("**Resgate Antecipado Obrigatório**"), no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da ocorrência de um Evento de Liquidez (conforme esse termo venha a ser definido no Termo de Emissão). XXIX. **Vencimento Antecipado**. As obrigações relativas às Notas Comerciais poderão ou deverão, conforme o caso, ser consideradas antecipadamente vencidas, observado o disposto no Termo de Emissão, mediante a ocorrência de determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático a serem previstas no Termo de Emissão ("**Eventos de Inadimplemento**"), sendo certo que, caso ocorra o vencimento antecipado, a Companhia obriga-se a realizar o pagamento referente à totalidade das Notas Comerciais, obrigando-se ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos moratórios, obrigações pecuniárias e outros acréscimos, se houver, devidos nos termos do Termo de Emissão. XXX. **Demais Características**. As demais características das Notas Comerciais, da Emissão e da Oferta encontrar-se-ão descritas no Termo de Emissão e nos demais documentos pertinentes. 5.3 Autorizar, desde já, a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e realizar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão, da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, (a) a contratação de instituição financeira autorizada a operar no mercado de capitais para realizar a colocação das Notas Comerciais no âmbito da Oferta, podendo fixar as respectivas comissões, negociar e assinar o respectivo mandato e/ou contrato de prestação de serviços; (b) a contratação dos demais prestadores de serviços para fins da Oferta, tais como o Agente Fiduciário, o escriturador, o banco liquidante, a B3, os assessores legais, entre outros, podendo para tanto fixar os respectivos honorários, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviços; e (c) a negociação e a celebração de quaisquer instrumentos (inclusive eventuais aditamentos e procurações) necessários à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando ao Termo de Emissão, o Contrato de Distribuição, em qualquer hipótese, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia ou de realização de assembleia geral de Titulares de Notas Comerciais. 5.4 Autorizar que qualquer Diretor ou procurador que venha a ser nomeado em procuração a ser assinada por 2 (dois) Diretores da Companhia tome todas as providências e realize todo e qualquer ato necessário, bem como assine, isoladamente, quaisquer documentos necessários à implementação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, ao Termo de Emissão (e seus eventuais aditamentos) e o Contrato de Distribuição. 5.5 Ratificar todos os atos relativos à Emissão e à Oferta que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria da Companhia, inclusive a outorga de procurações. **6. ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho – Presidente. Jaqueline Mota Ferreira Oliveira – Secretária. **Conselheiros presentes:** Omar Carneiro da Cunha Sobrinho; Ricardo Perez Botelho; Armando de Azevedo Henriques; Luciana de Oliveira Cezar Coelho; Rogerio Sekeff Zampronha; Marcelo Feriozzi Bacci; e Luiz Eduardo Fróes de Amaral Osório. Confere com o original que se encontra lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Energisa S.A.. **Jaqueline Mota Ferreira Oliveira -** Secretária. Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ENERGISA S/A, de NIRE 3130002503-9 e protocolado sob o número 24.467.671-2 em 29/07/2024, encontra-se registrado na JUCEMG sob o número 11873024, em 30/07/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zulene Figueiredo. Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim.

Anglo American quer filtrar 100% do rejeito

MINERAÇÃO Companhia mantém aportes bilionários no Sistema Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro

THYAGO HENRIQUE

A Anglo American está desenvolvendo estudos para conseguir futuramente filtrar 100% dos rejeitos do complexo Minas-Rio, localizado em Conceição do Mato Dentro, na região do Médio Espinhaço. Com a iniciativa, a mineradora, uma das maiores do mundo, também seria capaz de reaproveitar os resíduos já despejados. O objetivo é evitar a necessidade de uso de barragens.

A empresa mantém uma única barragem no Brasil, entre Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. A estrutura foi construída com aterro compactado e alteada a jusante, considerado o método existente mais seguro, segundo a companhia, que afirma manter um rigoroso monitoramento da barragem e dos diques de contenção 24 horas por dia, sete dias por semana.

Com um Plano de Mineração Sustentável, que inclui metas para garantir que a mineradora trabalhe em prol de um meio ambiente saudável, a Anglo também está construindo uma planta de filtragem de rejeitos no Minas-Rio. A estrutura evitará o lançamento de até 85% dos resíduos para a barragem, trazendo mais vida útil e possibilitando a continuidade da operação do complexo.

"Trata-se de uma tecnologia de filtragem a vácuo, com separação da água que será reaproveitada no processo", explica o diretor de Projetos, Euler Piantino. "Essa implantação irá favorecer o desenvolvimento regional com a contratação de mão de obra, aumento do consumo de mercadorias e serviços, incentivo ao empreendedorismo local, arrecadação de impostos, entre outros benefícios", destaca o gerente de Projetos Capital, Luciano de Matos Filho.

Em fevereiro, o Diário do Comércio divulgou informações sobre a nova instalação, porém, o cronograma e o investimento foram atualizados pela companhia. À época, a CEO da Anglo American no Brasil, Ana Sanches, disse que o aporte total no projeto seria de R$ 4 bilhões, valor que subiu para cerca de R$ 5 bilhões, e que o término das obras estava previsto para 2026, prazo que foi adiantado, já que a expectativa agora é que a planta funcione já no fim de 2025.

> **"Trata-se de uma tecnologia de filtragem a vácuo (dos rejeitos da mineração), com separação da água que será reaproveitada no processo"**
> Luciano Matos Filho

Soluções alternativas - Na mesma oportunidade, a executiva destacou ao veículo que o projeto é um forte sinal do comprometimento da mineradora em buscar soluções alternativas à disposição de resíduos, bem como aplicar recursos em Minas Gerais. Segundo ela, além dessa iniciativa, existe uma série de outras ações previstas e confirmadas para melhorias das operações em solo mineiro, carioca e goiano. A projeção da empresa é de investir em torno de R$ 12 bilhões no Brasil até 2027.

Atualmente, a companhia está construindo uma nova planta de filtragem que vai evitar o lançamento de até 85% dos resíduos FOTO: DIVULGAÇÃO / ANGLO AMERICAN

Com alguns ajustes e investimentos, a CEO acredita que, a médio prazo, a Anglo poderá alcançar uma produção anual de 31 milhões de toneladas de minério de ferro no Minas-Rio. De acordo com ela, verificar os gargalos operacionais do empreendimento e empregar capital para solucioná-los já permitiu que o grupo alcançasse níveis produtivos que sempre almejou.

Ana Sanches ressaltou, na ocasião, que o complexo minerário em Conceição do Mato Dentro passou por uma curva de crescimento desde o início dos trabalhos, em 2014. De lá para cá, a empresa pôde conhecer melhor a operação e amadurecer a gestão, o que motivou o resultado do ano passado, quando atingiu 24,2 milhões de toneladas produzidas, um aumento anual de 12%.

O Minas-Rio tem uma capacidade nominal de produção de 26,5 milhões de toneladas e, para 2024, a estimativa da mineradora é de produzir entre 23 a 25 milhões. No segundo trimestre deste ano, o complexo obteve um desempenho recorde, segundo balanço divulgado pela companhia. %

Cidades mineiras receberam a maior parte dos recursos da Cfem

No top 15 de municípios mineradores que mais arrecadaram com a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) no primeiro semestre deste ano, estão 12 de Minas Gerais. Os outros três ficam no Pará, na região Norte do Brasil. As duas localidades ocupam lugar de destaque no cenário da produção mineral, abrigando instalações de grandes mineradoras do País e do mundo.

Levantamento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), com base em dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), mostra que as paraenses Parauapebas e Canaã do Carajás lideraram o *ranking*. A primeira recolheu R$ 608 milhões, com alta de 19,9% em relação ao mesmo período de 2023, e a segunda R$ 580 milhões (+15,5%). Do mesmo estado ainda aparece a cidade de Marabá, na décima colocação, com R$ 103 milhões arrecadados (+30,4).

Nas demais colocações só deu Minas Gerais. O município de Conceição do Mato Dentro foi o melhor colocado, ocupando a terceira posição nacional, com R$ 204 milhões de *royalties* da mineração recebidos (+9,1%). Itabirito e Congonhas recolheram R$ 182 milhões (+23,8%) e R$ 176 milhões (+14,3%), respectivamente, e completaram a lista dos cinco primeiros lugares.

Logo abaixo ficou a cidade de Itabira, com o recolhimento de R$ 170 milhões (+5,6%). Já entre a sétima e a nona colocação, ficaram Mariana, que arrecadou R$ 144 milhões (+6,7%), São Gonçalo do Rio Abaixo, com recolhimento de R$ 139 milhões, valor 2,8% inferior ao recolhido no acumulado de janeiro a junho do ano passado, e Nova Lima, com R$ 127 milhões (22,1%).

Com as respectivas cifras de R$ 80 milhões (31,1%) e R$ 63 milhões (3,3%), Belo Vale e Itatiaiuçu ocuparam o 11º e o 12º lugar. Fechando a lista de municípios produtores que mais receberam *royalties* da mineração nos seis primeiros meses de 2024, aparecem Ouro Preto, com R$ 63 milhões (+18,9%), Brumadinho, que recolheu R$ 51 milhões (15,9%) e Paracatu, com R$ 45 milhões, montante 6,2% menor que o registrada em igual intervalo do último exercício.

Carregando a mineração no próprio nome, Minas Gerais tem mineradoras espalhadas por todo o Estado. Logo, liderou o top 12 de unidades da Federação com o maior número de municípios beneficiados com a Cfem entre janeiro e junho deste ano. No período, aproximadamente 48% das cidades brasileiras (2.700) receberam *royalties* do setor mineral, sendo 508 mineiras.

O *ranking* também inclui: São Paulo (360), Rio Grande do Sul (233), Bahia (191), Santa Catarina (189), Paraná (189), Goiás (155), Mato Grosso (95), Ceará (89), Rio de Janeiro (68), Pará (71) e Espírito Santo (63). No restante do País, estão os demais 489 municípios recolhedores de Cfem.

Arrecadação estadual - Ainda de acordo com o Ibram, no primeiro semestre deste ano, Minas Gerais arrecadou R$ 1,7 bilhão com a Cfem, o que equivale a um aumento de 9,8% frente ao mesmo intervalo de 2023. Com este valor, o Estado liderou o *ranking* estadual de recolhedores de *royalties* da mineração, com 47% de participação na arrecadação nacional no período, de R$ 3,6 bilhões (+6,1%).

O Pará, que chegou a tomar a liderança mineira em certos momentos dos últimos anos, ficou no segundo lugar desta vez, com o recolhimento de R$ 1,4 bilhão (+14,3%). Bahia, que arrecadou R$ 87 milhões (-7,2%), Goiás, com R$ 75 milhões (-5,2%), São Paulo, que recolheu R$ 57 milhões (+14,7%), e Mato Grosso, com R$ 53 milhões (-6,4%), também se destacaram. %

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PINHEIRO - MG

EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo de 20 (vinte) dias.O Doutor HUGO SILVA OLIVEIRA, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Crime e Execuções Penais da Comarca de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais - FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante esta Secretaria Judicial da 2ª Vara, processa-se regularmente uma AÇÃO DE COBRANÇA Processo n° 0002145-14.2016.8.13.0363, que tem como Requerente VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n° 06.020.318/0001-10, com sede em São Paulo - SP, e como Requerido TRANSPORTADORA VEREDAS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n° 08.699.978/0001-03, com sede em local incerto e não sabido, vindo por meio deste CITAR o Requerido TRANSPORTADORA VEREDAS LTDA, para oferecer contestação, por meio de advogado, no prazo de 15 dias, sob pena de presunção de veracidade dos fatos afirmados na petição inicial. O presente Edital será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de João Pinheiro-MG, aos 22 de julho de 2024.

GODINHO MAURICIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ nº 11.096.034/0001-48 - NIRE 31208831130
Assembleia Geral - Edital de Convocação

Com fundamento no **Art. 1.073**, I, do Código Civil, ficam os sócios da Godinho Mauricio Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Sociedade") convocados para se reunirem, em primeira convocação, no dia 23 de agosto de 2024, às 09h30min, em Assembleia Geral, na sede social da Sociedade, na Rua dos Timbiras, nº 1936, sala 404, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-061, para exame, discussão e deliberação: a) das contas justificadas da administração, bem como das demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; b) das contas justificadas da administração, bem como das demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; c) das contas justificadas da administração, bem como das demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; d) das contas justificadas da administração, bem como das demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e) das contas justificadas da administração, bem como das demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; f) das contas justificadas da administração, bem como das demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte/MG, 29 de julho de 2024.
NAGILA FLAVIA DE OLIVEIRA GODINHO - Sócia-administradora

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA
MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº: 90032/GAPLS/2024

OBJETO: Aquisição de material suprimento manutenção informática, telefonia, vídeo, áudio e foto.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 01 de agosto de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 13 de agosto de 2024, às 09h, no site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
EDITAL E ESPECIFICAÇÕES: encontra-se no site: **https://www.gov.br/compras/pt-br**, e no endereço: Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N – Vila Asas, Lagoa Santa/MG.
Telefones: (31) 2112-9398.

LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Ordenadora de Despesas

SML SERVIÇOS MECANIZADOS E DE LOCAÇÃO LTDA
CNPJ 25.309.055/0001-09 - NIRE 31202862475
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Na qualidade de sócia da SML SERVIÇOS MECANIZADOS E DE LOCAÇÃO LTDA ("Sociedade"), em cumprimento às disposições legais, convoco todos os seus respectivos sócios quotistas para participarem da Reunião de Sócios a se realizar no dia 09 de agosto de 2024, às 15:00 (quinze horas), na modalidade virtual, mediante link de acesso a ser disponibilizado, cuja ordem do dia é: Deliberar sobre: i. a alteração do Quadro Societário da Sociedade, mediante cessão da totalidade das quotas da sócia Thais França Leite; ii. o falecimento do antigo sócio administrador da Sociedade, Hudson França Leite; iii. a eleição de novo(a) administrador(a) da Sociedade; e iv. a reformulação do Contrato Social da Sociedade e promover a consolidação da nova redação. Observações Relevantes: Os sócios deverão portar documento de identidade com foto. Conforme prevê o Art. 1.074, §1º do Código Civil, o sócio poderá se fazer representar por outro sócio ou por um advogado, desde que com devida outorga de poderes. A participação e votação dos sócios ocorrerá exclusivamente mediante atuação remota, devendo cada sócio, interessado a participar da referida Reunião, solicitar no e-mail larissavieira@nankranemourao.com.br o link de acesso. Enviaremos no dia da Reunião de Sócios o material explicativo para acessar o sistema e contabilizar seu voto em cada uma das pautas. Ressalte-se, ademais, que a Reunião será gravada na sua integralidade. Atenciosamente, **Thais França Leite.**

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 23 de setembro de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 25 de setembro de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

FRAZÃO Leilões

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 1002000.131015016-5, firmado em 09/07/2010, com os **Fiduciantes** ESPÓLIO DE **RENATO DE MATOS SILVA** (conf. Av. 09), representado pela também fiduciante ALESSANDRA HAUCK JARDIM DE MATOS, maior, inscrita no CPF nº 956.900.506-87, no dia 23/09/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 267.162,68** (duzentos e sessenta e sete mil cento e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos), o imóvel matriculado sob nº **103.822 do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG,** constituído por "Fração ideal de 0,01248831 dos Lotes 06 (seis) a 09 (nove) e 14 (quatorze) a 19 (dezenove) do Quarteirão 15 (quinze) do Bairro Minas Brasil, com área de 3.617,50m², limites e confrontações pela CP-173-007-I, aprovada pelo Decreto Municipal 6385 de 13/11/1989 (terreno em desconformidade com CP-Portaria 511/54-Alvará Municipal 17044) que corresponde ao APARTAMENTO 101, localizado no 1º pavimento do BLOCO 02 do EDIFÍCIO SPAZIO ORIENT, situado na Rua Jacutinga, nº 909, com área real privativa total 57,06m², área de uso comum real total 16,59m² (sendo 10,35m² área garagem), área real total 73,6500m², área equivalente em área de custo padrão total 63,5827m², conforme quadros da 2ª Edição da NBR 12721, engenheiro responsável pelos cálculos Hudson Gonçalves Andrade, CREA nº MG-60262/D, ART. 1-51012645, arquivados nesta Serventia.". **Cadastro Municipal:** 801015.006.0228. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 25/09/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 140.000,00** (cento e quarenta mil reais), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.22377_SC_2841-01).

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 16 de agosto de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 20 de agosto de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito bancário, n° 0010326934, firmado em 19/08/2022, com os Fiduciantes **LEONARDO PEREIRA DOS SANTOS,** brasileiro, divorciado, gerente, portador do RG n° 6.053.549-SSP/MG, inscrito no CPF/MF n° 026.587.506-41, e sua convivente **JÚNIA ANA DE FREITAS,** brasileira, solteira, maior, empresária, portadora do RG n° 10.293.326-PC/MG, inscrita no CPF/MF n° 074.877.196-42, conviventes em união estável, residentes e domiciliados em Contagem/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais - atualizado conforme disposições contratuais),** o imóvel constituído pela **Casa nº 01**, situada na Rua Ágata, nº 40, Lote 03, Quadra 06, Bairro das Sapucaias II, Contagem/MG, com direito a uma vaga de garagem descoberta. Área construída: 150,00m² e Área de terreno: 200,00m², mais bem descrito na matrícula n° 119.094 do Oficial de Registro de Contagem/MG. **Imóvel ocupado. Área construída não averbada no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes da divergência da área construída e total lançada no IPTU, com a apurada no local e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 294.312,19 (duzentos e noventa e quatro mil trezentos e doze reais e dezenove centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 22406).

FRIGOBET FRIGORIFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA
CNPJ 19.397.579/0001-04
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pela presente publicação e nos termos do artigo 1.152, § 3º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, **FRIGOBET FRIGORIFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.397.579/0001-04 e NIRE JUCEMG nº 31201554751 de 06/01/1984, com sede na Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, através de seu administrador **SILVIO DA SILVEIRA**, convoca todos os sócios para participar da Assembleia Geral da referida Sociedade, a realizar na sede social, localizada à Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, no dia 09 de Agosto de 2024, às 09h00, com a seguinte ordem do dia: 1 – Venda de Quotas; 2 - Saída e Admissão de Sócio na Sociedade; 3 – Outros assuntos porventura existentes. Caso no horário indicado não tenham comparecido o número legal de associados, a Assembleia ocorrerá às 09h30min, em segunda chamada, com o número de presentes.

Silvio da Silveira – Administrador.

AVISO DE LICITAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça

Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 133 / **Ano**: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.3686.0056080/2024-89
Objeto: Contratação de serviços de impressão para a produção de 3 livros comemorativos (impressão offset), conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 20/08/2024**.
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 20/08/2024**.
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2024.
Amauri Silva Alves
Diretor de Gestão de Compras e Licitações
(Em substituição)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

MGI- MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A CNPJ/MF nº 19.296.342/0001-29 NIRE 31300039927 - Ficam os senhores acionistas da MGI – Minas Gerais Participações S.A. convocados para a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a ser realizada na sede da Companhia na Rodovia Papa João Paulo II, 4001– Edifício Gerais – 4º andar, Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, às 14 horas do dia 9 de agosto de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Eleição de membros do Conselho de Administração.

Andresa Linhares de Oliveira Nunes
Vice-Presidente do Conselho de Administração.

AGU é contra prorrogar dívida de Minas com a União

RECUPERAÇÃO FISCAL Manifestação foi apresentada ontem ao Supremo Tribunal Federal

A Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou contrário a uma nova prorrogação do prazo de pagamento da dívida de Minas Gerais com a União. O parecer foi encaminhado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nunes Marques, relato do processo, ontem.

Para a AGU, as sucessivas prorrogações da carência para que os pagamentos sejam retomados se tornaram uma espécie de "salvo-conduto" para o Estado não honrar o débito. O prazo foi ampliado por quatro vezes.

No último dia 16, o ministro Edson Fachin, no exercício da presidência do STF, prorrogou até o dia 1º de agosto a vigência da decisão cautelar que havia permitido a Minas Gerais adiar a retomada do pagamento da dívida. Na manifestação, a Advocacia-Geral destaca que, ao contrário do que argumenta o estado nos autos da ação em trâmite, a efetiva retomada do pagamento do débito com a União não ocorreria antes de 28 de agosto, data marcada para o julgamento da própria cautelar pelo plenário do STF.

Isso porque o contrato firmado entre Minas e a União prevê que, em caso de não homologação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), como ocorrido, o vencimento da primeira parcela da dívida se dá no primeiro dia do segundo mês subsequente. Ou seja, no caso de Minas, apenas no dia 1º de outubro.

A União também ressalta na manifestação que Minas Gerais só não ingressou até o momento no RRF – situação na qual já teria retomado o pagamento da dívida com a União em condições mais vantajosas para o estado – em razão de escolhas políticas locais. A AGU alerta, ainda, para os efeitos danosos que a conduta tem para as contas públicas do ente estadual.

"Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional reitera que as sucessivas medidas concedidas a pedido do próprio Estado, em que pese garantirem um alívio imediato no fluxo de caixa do Estado de Minas Gerais, estão, ao fim, erodindo com as contas do Estado autor", pontua trecho da manifestação.

A AGU pondera, ainda, que não há, por parte da União, qualquer sede arrecadatória desmedida, uma vez que, no entendimento do ente central, o próprio Estado já anuiu, em manifestação anterior, em retomar o pagamento do serviço da dívida como se no Regime de Recuperação Fiscal já estivesse. Além disso, acrescenta a Advocacia-Geral da União, bastaria a não homologação da adesão de Minas Gerais ao RRF por parte da União para que a dívida pudesse ser cobrada em condições mais desfavoráveis ao estado.

AGU aponta que as sucessivas prorrogações da carência se tornaram uma espécie de salvo-conduto para o Estado FOTO: SÉRGIO MORAES / AGU

> **"A União entende como imprescindível a sinalização de comprometimento do Estado (...) com o reequilíbrio fiscal com, no mínimo, a retomada do pagamento do seu serviço da dívida, ainda que no modelo benéfico"**

Penalização - Por fim, a União ressalta que a apresentação de projeto de lei complementar no Congresso Nacional com a finalidade de instituir o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) tampouco pode servir de fundamento para nova prorrogação da carência, como defendeu o Estado. "De outro lado, caso mantida a suspensão da dívida sem amortização durante toda a discussão e aprovação do Propag (ou de qualquer outro projeto legislativo que surja no caminho), a tendência é a penalização das gerações futuras do ente mineiro, que terão de suportar uma dívida exorbitante decorrente das escolhas políticas locais pela moratória", ressalta trecho da manifestação.

"A União entende como imprescindível a sinalização de comprometimento do Estado de Minas Gerais com o reequilíbrio fiscal, com no mínimo, a retomada do pagamento do seu serviço da dívida, ainda que no modelo benéfico já ventilado por este central, consistente no retorno ao pagamento como se no Regime de Recuperação Fiscal estivesse, para que seja possível cogitar-se eventual abertura de procedimento conciliatório", conclui a AGU no documento.

RRF está na pauta da Assembleia

Com um olho no Supremo Tribunal Federal (STF) e outro no Congresso Nacional, o Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) inicia, nesta quinta-feira (1º), as atividades legislativas do 2º semestre já com o Projeto de Lei (PL) 1.202/19 em pauta para votação definitiva (2º turno). A proposição, de autoria do governador Romeu Zema, autoriza a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

O PL 1.202/19 já está na pauta tanto da Reunião Ordinária de Plenário, que se inicia às 14 horas, como da Reunião Extraordinária, às 18 horas. Se ele será votado ou não, no entanto, dependerá do que acontecer em Brasília, para onde agora estão voltadas as atenções do Parlamento e do Governo de Minas.

Em entrevista coletiva no dia 17 de julho, o presidente da ALMG, deputado Tadeu Martins Leite (MDB), disse ser hoje um consenso entre os deputados estaduais que a adesão do Estado ao RRF só será aprovada em último caso.

"É unanimidade entre os deputados que o Regime de Recuperação Fiscal só será votado em última instância."

A preferência dos deputados mineiros é pelo Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag), apresentado pelo presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após negociações entre os governos estadual e federal, com a participação direta da Assembleia de Minas e do Senado. "Não tenho dúvida de que a nossa proposta seja mais sustentável", defendeu Tadeu Martins Leite.

A previsão é de que o Propag comece a tramitar no Senado neste mês de agosto. A Assembleia tem diante de si, no entanto, o prazo fixado pelo Supremo Tribunal Federal para a adesão de Minas Gerais ao RRF, que termina também nesta quinta-feira (1º/8/24).

A expectativa é que, a partir desta data, o ministro Kássio Nunes Marques, que é relator do caso no STF, aceite o pedido do Governo de Minas para uma nova prorrogação até o dia 28 de agosto, quando o Supremo deverá começar a julgar o mérito da questão. Em caso de nova extensão do prazo, o PL 1.202/19 não deverá ser votado na Assembleia.

A crítica dos deputados ao Regime de Recuperação Fiscal é no sentido de que ele só permite um alívio temporário no pagamento da dívida do Estado com a União, não ocorrendo qualquer abatimento no montante a ser pago ou mudança nos indexadores. Isso ampliaria o débito de Minas dos atuais R$ 160 bilhões para R$ 210 bilhões ao final dos nove anos de duração do RRF.

Já o Propag oferece um abatimento de mais de 20% da dívida por meio da federalização de empresas públicas. Além disso, entre outros pontos, prevê que até 1% dos juros da dívida seja revertido em investimentos no estado devedor e a aplicação da mesma porcentagem em fundo compartilhado, que atenderia a todos os estados. **(Com informações da ALMG)**

ORÇAMENTO

Padilha afirma que governo respeitará o arcabouço fiscal

Brasília - O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, garantiu ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva respeitará as regras estabelecidas no arcabouço fiscal, ao mesmo tempo que disse que o contingenciamento de R$ 4,5 bilhões no PAC, anunciado na véspera, não vai paralisar nenhuma obra que esteja em andamento.

Em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, do CanalGov, Padilha também afirmou que o cumprimento do arcabouço fiscal foi uma determinação de Lula aos seus ministros e que o contingenciamento de recursos detalhado na noite de terça-feira é uma prova disso.

"O presidente Lula mais uma vez vai ter responsabilidade social...dizendo o seguinte: esses investimentos não vão ultrapassar um certo limite que possa piorar as nossas contas públicas", disse Padilha na entrevista.

O ministro também comentou o detalhamento do contingenciamento orçamentário, publicado em edição extra do Diário Oficial da União na noite de terça, e assegurou que não haverá paralisações em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

"Não vai parar nenhuma obra que já esteja em andamento, nem vai atrasar o cronograma", garantiu.

A equipe econômica anunciou na semana passada um congelamento de R$ 15 bilhões em verbas de ministérios para levar a projeção de déficit primário do governo central em 2024 a R$ 28,8 bilhões, exatamente o limite inferior da margem de tolerância da meta de déficit zero. De acordo com o decreto, as verbas para o PAC foram travadas em R$ 4,5 bilhões.

O ministro, responsável pela articulação política do Executivo com o Legislativo, também assegurou que a economia brasileira crescerá mais de 2% neste ano e colocou o cumprimento do arcabouço fiscal como pilar fundamental para chegar a esse objetivo.

"O compromisso de seguir o arcabouço fiscal é decisivo para a gente manter o ritmo de crescimento. Pode anotar, o Brasil vai crescer neste ano mais de 2%, superando mais uma vez as previsões daqueles pessimistas que diziam no início do ano que o Brasil cresceria menos de 2%", disse Padilha.

O ministro também disse que a relação entre o governo e o Congresso Nacional é de "muito sucesso" e a comparou à dupla de atacantes Bebeto e Romário, campeões mundiais com a seleção brasileira na Copa do Mundo de 1994.

Venezuela - O ministro das Relações Institucionais disse ainda que o Brasil foi decisivo para que acontecessem eleições na Venezuela e para que a oposição participasse do pleito e que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva só irá se manifestar sobre o resultado após a divulgação das atas das seções eleitorais pelas autoridades venezuelanas.

Padilha também disse que o governo brasileiro não terá qualquer precipitação para se manifestar sobre a eleição venezuelana. Também disse que o PT, seu partido e de Lula, tem autonomia para se manifestar sobre a eleição na Venezuela e que o presidente não manda na legenda.

O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela declarou vitória do atual presidente Nicolás Maduro, mas a oposição, que teve Edmundo González como candidato, alega ter havido fraude e diz ter provas que venceu o pleito. **(Reuters)**

AGRONEGÓCIO

Valor Bruto da Produção é estimado em R$ 132,9 bi

AGROPECUÁRIA Em Minas Gerais, montante representa alta de 5% frente a 2023; no País, porém, VBP tem previsão de queda de 0,7% na mesma comparação

MICHELLE VALVERDE

O Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária de Minas Gerais em 2024 foi estimado em R$ 132,9 bilhões, representando, assim, uma alta de 5% sobre 2023. Com base nos dados até junho, o valor foi puxado pelo bom desempenho da pecuária e da agricultura, com altas de 4,1% e 5,4%, respectivamente. Entre os produtos, destaque para o aumento do VBP do café, 23,4%; e dos suínos, 73,5%.

O resultado positivo de Minas Gerais não foi visto nacionalmente. O VBP dos produtos agropecuários no Brasil foi estimado em R$ 1,18 trilhão, resultando, assim, em uma queda de 0,7% frente a 2023. Com o resultado, em 2024, Minas Gerais vem respondendo por 11,18% do VBP brasileiro.

Café arábica, o mais cultivado no Estado, tem previsão de aumento de 23,1% no faturamento bruto FOTO: DIVULGAÇÃO / MARCO FLÁVIO

Conforme a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), em Minas Gerais, o VBP da atividade agrícola está em R$ 89,33 bilhões, correspondendo, então, a uma alta de 5,4%.

Na composição do VBP da agricultura, o café tem a maior participação, respondendo por 38,4% do total. A previsão é que o faturamento bruto do café chegue a R$ 34,2 bilhões, aumentando, assim, 23,4% frente a 2023.

Dentre as variedades de café, o tipo arábica, o mais cultivado no Estado, a tendência é de aumento de 23,1% no faturamento bruto, estimado em R$ 23,1 bilhões. O faturamento do café conilon, R$ 365 milhões, tende a crescer 51,3%.

No caso do café, a alta no VBP é resultado tanto da valorização dos preços como da maior produção. Concentrando mais de 50% da produção nacional, a safra 2023/24 total de café em Minas Gerais será de 30,1 milhões de sacas, 4,1% maior que a de 2023.

Altas e baixas - Entre os produtos agrícolas com faturamento em alta, também é destaque a cana-de-açúcar. A previsão é de um VBP de R$ 15,1 bilhões em 2024, aumento de 4%. Para a batata-inglesa, o faturamento bruto tende a crescer 48,5%, chegando, então, a R$ 5,2 bilhões. Resultado positivo também na produção de banana, com faturamento estimado em R$ 4,6 bilhões e previsão de crescimento de 43,8%.

Já a soja e o milho, importantes produtos da atividade agrícola mineira, seguem com tendência de retração no faturamento. No caso da soja, a estimativa é fechar 2024 com um VBP de R$ 15,1 bilhões, retraindo, então, 20,6%.

O faturamento bruto do milho, R$ 6,2 bilhões, está 23,4% inferior. A queda na produção é um dos fatores para o resultado negativo. Na safra 2023/24 em Minas, a produção de soja - 7,79 milhões de toneladas - caiu 6,7%. No milho a queda foi ainda maior de 18,9%, com a colheita de 6,4 milhões de toneladas.

Pecuária - Para a pecuária mineira, a expectativa é de um faturamento bruto de R$ 43,6 bilhões, 4,1% maior. No setor, os faturamentos dos principais produtos - leite e bovinos - estão em queda. Para o leite, a tendência é encerrar 2024 com queda de 9% no VBP, resultando, então, em um valor bruto de R$ 14,7 bilhões. O produto representa 33,9% do VBP da pecuária. Já em bovinos, o faturamento, R$ 12,5 bilhões, tende a retrair 0,6% frente a 2023.

A produção de ovos também terá queda no faturamento. A tendência é de um valor 2% inferior e VBP de R$ 2 bilhões.

Desta forma, o desempenho de outros produtos será importante para que a pecuária encerre o ano com alta no faturamento. A estimativa é que o VBP da produção de frango, R$ 7,4 bilhões, cresça 6,5% em 2024. Alta expressiva é esperada no faturamento bruto de suínos, 73,5%, chegando, então, ao valor de R$ 3,8 bilhões.

> "Para a pecuária mineira, expectativa é de faturamento bruto de R$ 43,6 bilhões, ou seja, 4,1% maior em 2024"

CURTAS

Regularização Fundiária Rural

Quase 1,3 mil títulos de Regularização Fundiária Rural foram entregues pelo governo de Minas no primeiro semestre de 2024. A meta para o ano é a emissão de 1,8 mil documentos, proporcionando segurança jurídica, cidadania e acesso a políticas públicas para os agricultores mineiros. Pequenos produtores rurais de 47 municípios mineiros realizaram o sonho de formalizar suas terras entre janeiro e junho deste ano, por meio do Programa Estadual de Regularização Fundiária Rural, executado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa). Nos primeiros seis meses de 2023, 973 títulos de propriedades rurais foram entregues em Minas. Isso representa um aumento de 33% em 2024 frente ao mesmo período do ano passado. Em 2023, 1.819 documentos de propriedade de terras foram expedidos, marcando o segundo recorde consecutivo do programa frente aos 1,7 mil documentos emitidos em 2022. Durante a gestão atual, de 2023 a 2026, a meta é que 7,2 mil imóveis rurais ocupados por posseiros sejam formalizados em Minas.

Rodada de Negócios em Passos

Começou na segunda-feira (29) e vai até esta sexta-feira (2 de agosto), em Passos, no Sul de Minas, a 1ª Rodada de Negócios de Cafés Commodity e Cafés Especiais 100% Arábica do programa Agro.Br. O encontro está sendo promovido pelo Sistema Faemg Senar e o Sindicato dos Produtores Rurais de Passos para fomentar a exportação de café na região. O Agro.BR é um projeto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com a Apex-Brasil, cujo objetivo é fomentar a exportação em diversos segmentos do agronegócio. A iniciativa está sendo realizada na sede do Sindicato dos Produtores Rurais de Passos. Para o presidente da entidade, Elder Maia dos Reis, a rodada é um indicativo de que o café da região está se destacando cada vez mais em qualidade e em tecnologia de produção.

FOTO: DIVULGAÇÃO / SISTEMA FAEMG

Abertura de mercado é recorde

O mês de julho deste ano já se destaca como o melhor julho da série histórica em novos acordos comerciais para produtos do agronegócio brasileiro. Conforme balanço da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), foram abertas 16 novas oportunidades de mercado em nove países ao longo dos últimos 31 dias. O desempenho ultrapassa o recorde anterior de julho de 2020, quando foram abertos 10 mercados em cinco países. Em 2023, o mesmo mês registrou a abertura de um mercado em um país, contribuindo para a marca histórica de 78 novos mercados em 39 países ao longo do ano passado. No atual governo, já houve a expansão de 166 novos mercados em 55 destinos. Julho é também o segundo melhor mês deste ano, ficando atrás apenas de junho (26). Entre os principais mercados no mês estão pintos de um dia para o México; vísceras comestíveis para o Chile; gorduras e óleos de aves e ruminantes para o Equador; camarões para a Austrália, além de ovos e pescados para Cuba.

NEGÓCIOS

ModelismoBH inicia venda do "carro voador" no Brasil

DRONE TRIPULADO Aeronave está em processo de regulamentação e convalidação na Anac

MICHELLE VALVERDE

A empresa ModelismoBH - Tudo sobre Drones firmou contrato de venda exclusiva para Belo Horizonte do primeiro "carro voador" elétrico no Brasil. Fabricado na China e aprovado pela Administração de Aviação Civil da China (CAAC), o Evtol Ehang 216S é o primeiro veículo aéreo autônomo elétrico para passageiros do mundo. O acordo para a venda na capital mineira foi firmado junto à Gohobby - representante exclusiva da Ehang no Brasil. Ainda em processo de regulamentação na Anac, o veículo elétrico custa cerca de R$ 3 milhões.

Conforme o CEO da Modelismobh - Tudo sobre Drones, com sede em Belo Horizonte, Lucas Sales, o Evtol Ehang é um veículo de decolagem e pouso vertical, totalmente elétrico e 100% automatizado. Não há piloto dentro da aeronave, apenas os passageiros que inserem o endereço para onde querem voar. Há um controlador de solo que acompanha e conduz todo o voo, monitorando todos os parâmetros da aeronave.

"Fechamos o contrato de venda exclusiva na região de Belo Horizonte. O Evtol é uma espécie de drone tripulado. Uma novidade é que a aeronave é 100% elétrica e toda automatizada. Esse tipo de aeronave é a única mundialmente autorizada para ser fabricada. É um novo projeto de mobilidade urbana", diz.

Expectativa é que todo o processo necessário para liberar o uso no País ocorra em até um ano e meio FOTO: THIAGO HENRIQUE DA SILVA MORAIS / MODELISMOBH

Processo de regulamentação - No Brasil, o EvtolEhang 216S está em processo de regulamentação e convalidação na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A expectativa é que todo o processo necessário para liberar o uso no País ocorra em até um ano e meio. A estimativa do veículo aéreo ser realmente regularizado no Brasil se deve ao fato dele já possuir aprovação da Administração de Aviação Civil da China (CAAC) e estar em análises em vários outros.

"O EvtolEhang 216S vem sendo projetado e desenvolvido há 10 anos. Durante esse tempo ele passou por mais de 40 mil testes e mais 30 mil voos. Na China, onde houve a regularização, os veículos já operam em empresas de turismo, táxi aéreo, polícia, corpo de bombeiros, entre outros", conta.

> **"O EvtolEhang 216S vem sendo projetado e desenvolvido há 10 anos. Durante esse tempo ele passou por mais de 40 mil testes e mais 30 mil voos"**
> Lucas Sales

As vendas do Evtol já estão em curso. Por ainda não estar regulamentado, os clientes interessados fecham o contrato, pagam um sinal e entram na fila para receber as unidades logo que liberado pela Anac. Conforme Sales, o valor do Ehang 216S, já com os impostos de importação, é de US$ 515 mil ou, aproximadamente, R$ 3 milhões com a cotação do dólar atual.

EvtolEhang é seguro - Sales destaca ainda que o veículo é altamente seguro e trabalha com sistema de redundância de componentes. "O Ehang 216S tem 16 motores, 16 hélices e 8 braços, é muito difícil acontecer, mas se houver falha de até cinco motores, os demais continuarão funcionando e são capazes de manter a aeronave em voo e fazer um pouso seguro. Quanto às baterias, 12 baterias elétricas, se até quatro falharem as outras oito asseguram", explica.

O Evtol 216S tem autonomia de 30 quilômetros de distância e chega a uma velocidade máxima de voo de 130 quilômetros por. A carga de passageiros é de 220 quilos e conta também com bagageiro de 20 quilos.

Além do transporte de pessoas, o veículo aéreo autônomo serve para o transporte de mercadorias de urgência, como órgãos para transplantes e encomendas. "O Evtol será trabalhado com dois propósitos, apesar de transportar pessoas, também é opção para transporte de mercadorias urgentes", disse.

GESTÃO DE FROTA

Custos e benefícios devem ser analisados pelas empresas

JULIANA GONTIJO

Ter uma frota própria de veículos pode ser uma decisão estratégica importante, no entanto é preciso avaliar criteriosamente os custos envolvidos, alerta o CEO da For You Fleet — empresa de soluções em locação de veículos por assinatura para pessoas físicas e terceirização de frotas executivas para empresas —, André Campos.

"Ter uma frota própria pode oferecer vantagens como maior controle sobre a logística e utilização dos veículos. No entanto, é crucial realizar uma análise detalhada dos custos e benefícios, considerando outras alternativas, como por exemplo, a terceirização desta frota", analisa.

Ele explica que os custos devem ser avaliados, como o investimento inicial na compra dos veículos, além de taxas e impostos, bem como manutenção e reparos, que inclui manutenção preventiva (troca de óleo, pneus, etc.) e corretiva (reparos inesperados).

Dados da Abla mostram que a terceirização de frotas pode gerar uma economia de até 47% FOTO: DIVULGAÇÃO / LOCALIZA HERTZ

Há ainda gastos com seguros e deve ser considerada também a depreciação (perda de valor dos veículos ao longo do tempo), além dos gastos com gestão de frota, com salários de funcionários responsáveis, como gerentes de frota e motoristas. Além disso, há os investimentos do sistema de gestão, como a aquisição de software para monitoramento e otimização da utilização dos veículos.

O executivo também aponta os custos associados à manutenção de registros, conformidade com regulamentações e auditorias terceirizadas e ainda os possíveis gastos com multas e penalidades.

Terceirização pode ser opção - Dados da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla) mostram que a terceirização de frotas pode gerar uma economia de até 47% para as empresas, que mensalmente podem ter gastos em torno de R$ 2 mil para cada veículo, dependendo do modelo, e sem contar as burocracias com documentação, emplacamento, seguros e gestão de multas.

Campos lista algumas vantagens que as empresas de diferentes portes e segmentos podem obter ao aderir ao serviço de terceirização de frotas, entre eles, o investimento da compra do veículo é da locadora, dessa forma a empresa foca no *core business*. Além disso, gastos com taxas e impostos, bem como manutenção e reparos também fica por contada locadora, etc.

"Estima-se que a economia com manutenção possa variar de 15% a 30%, dependendo do tipo de veículo e da intensidade de uso. Sendo assim, dentro da eterna necessidade corporativa de fazer mais com menos, a terceirização de frotas tem sido uma estratégia utilizada pelas companhias para otimizar os custos do negócio sem abrir mão do conforto de ter os veículos à disposição", diz.

Além disso, o executivo destaca que ao deixarem de fazer a gestão desses automóveis, os colaboradores da organização têm mais tempo para se dedicar aos negócios da empresa.

E Minas Gerais é destaque no mercado de locação de veículos. No ano passado, por exemplo, o Estado deteve a maior frota do País, segundo dado do Sindicato das Empresas Locadoras de Automóveis do Estado de Minas Gerais (Sindloc-MG).

INOVAÇÃO EM PAUTA

JANAYNA BHERING

Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente do conselho inovação e VP executiva na ACMinas

Inovações nas Olimpíadas de 2024

As Olimpíadas de 2024, que estão ocorrendo em Paris, prometem ser um marco não apenas em termos de desempenho esportivo, mas também em inovações tecnológicas e organizacionais que podem redefinir o futuro dos grandes eventos esportivos. Neste grande laboratório de inovações, cabem alguns destaques:

Tecnologia *Wearable* para desempenho e segurança: os atletas estão equipados e com dispositivos que monitoram em tempo real suas condições físicas, como frequência cardíaca, níveis de oxigênio e até a análise de movimentos. Esses dados não só ajudam a otimizar o desempenho, mas também garantem a segurança dos atletas, permitindo a detecção precoce de possíveis lesões ou problemas de saúde. A análise preditiva, alimentada por inteligência artificial, ajudará treinadores e equipes médicas a ajustar estratégias e intervenções de forma mais precisa.

Realidade aumentada e virtual para experiências imersivas: permite aos espectadores obter informações em tempo real sobre os atletas, estatísticas e detalhes do evento através de dispositivos móveis ou óculos especiais. Além da possibilidade de experiências imersivas para os torcedores que não podem estar presentes fisicamente.

> *"Paris se preparou para receber um espetáculo onde a tradição olímpica encontra a vanguarda da inovação e neste jogo todos saem ganhando"*

Sustentabilidade e infraestrutura verde: Paris 2024 se destaca pelo compromisso com a sustentabilidade e tem a meta de ser um dos mais ecológicos da história, com ênfase em construções sustentáveis e práticas de baixo impacto ambiental. As instalações olímpicas, por exemplo, foram projetadas para minimizar o consumo de energia e água, e muitos dos edifícios serão temporários ou modularmente desmontáveis para reduzir a pegada ecológica. Além de soluções de transporte verde, como veículos elétricos e bicicletas compartilhadas, para reduzir as emissões de carbono associadas ao evento.

Inteligência artificial e análise de dados: desde a otimização da logística e da segurança até a personalização da experiência do espectador, a análise preditiva pode otimizar o fluxo de visitantes e garantir uma melhor gestão das instalações, enquanto *chatbots* e assistentes virtuais estão disponíveis para responder a perguntas e fornecer informações aos torcedores em tempo real.

Inclusão e acessibilidade: novas tecnologias e designs inovadores estão presentes para garantir que todos os espectadores, independentemente de suas necessidades, possam desfrutar do evento. Vale destacar o momento que emocionou a todos, quando na abertura do evento, o atleta paraplégico há 11 anos conduziu a tocha olímpica, caminhando com auxílio de um exoesqueleto.

Paris se preparou para receber um espetáculo onde a tradição olímpica encontra a vanguarda da inovação e neste jogo todos saem ganhando. %

Unimed-BH investe em serviços digitais de saúde

% TECNOLOGIA Modalidade contribui para personalização e ampliação de atendimento; opção é oferecida a todos os clientes da cooperativa

A saúde digital tem avançado cada dia mais e, no caso da Unimed-BH, o serviço vem ganhando novos formatos, servindo como uma "porta de entrada" para direcionar o percurso dos clientes, permitindo um atendimento cada vez mais personalizado. Da sua criação, em março de 2020, até junho de 2024, a Saúde Digital da Unimed-BH já realizou mais de 1,5 milhão de consultas.

O serviço é destinado a todos os clientes da cooperativa por meio do pronto-atendimento *on-line* voltado para pequenas urgências. Além disso, são oferecidos cuidados para públicos específicos, como gestantes e crianças, e serviços que visam facilitar a vida do cliente, como é o caso da renovação de receitas sem a necessidade de ir a uma consulta presencial.

A novidade da cooperativa agora são os dois serviços que passam a ser oferecidos por meio digital: consulta *on-line* para casos de saúde mental e telemonitoramento de pacientes pediátricos com asma crônica ou bronquiolite.

No caso da consulta *on-line* para saúde mental, o serviço conta com uma equipe de psicólogos, médicos de família e psiquiatras que fazem atendimento a distância. Para ser atendido, o cliente precisa agendar uma consulta de acolhimento pelo aplicativo da Unimed-BH e um psicólogo realiza a triagem do paciente que, em seguida, é direcionado para a primeira consulta com médico que melhor resolverá sua demanda.

"Casos de saúde mental são hoje uma das principais demandas de nossos clientes que buscam atendimento na nossa rede assistencial. Uma das missões do atendimento *on-line* é a transversalidade e a ordenação do percurso do paciente. Por meio da Saúde Digital, ampliamos o acesso e temos a oportunidade de direcionar o percurso dentro do digital e, em alguns casos, levar para o presencial", diz o diretor de gestão assistencial da Unimed-BH, Eudes Arantes Magalhães.

Da sua criação, em março de 2020, até junho de 2024, a Saúde Digital da Unimed-BH já realizou mais de 1,5 milhão de consultas FOTO: MARCUS DESIMONI / NITRO IMAGENS

> **"Uma das missões do atendimento on-line é a transversalidade e a ordenação do percurso do paciente. Por meio da Saúde Digital, ampliamos o acesso"**
> Eudes Magalhães

Telemonitoramento de casos de asma - Uma das modalidades da telessaúde que faz o acompanhamento do paciente de forma remota, o telemonitoramento já é uma realidade na Unimed-BH. O serviço atualmente é ofertado para diversos perfis de clientes, entre eles, gestantes, centenários, entre outros.

O destaque dessa vez fica para o telemonitoramento do público infantil com asma crônica ou bronquiolite. De abril a junho, a equipe assistencial da Saúde Digital realizou cerca de 850 telemonitoramentos de crianças e bebês.

Para casos de risco leve dessas doenças respiratórias, o serviço de telemonitoramento conta com o monitoramento por robô, que envia mensagens no celular dos pais e responsáveis. Essa ferramenta é uma forma de orientar as famílias e garantir maior adesão ao tratamento.

"As mensagens trazem informações sobre controle de fatores ambientais e alérgenos, cartão vacinal, plano de ação para o manejo da crise, dúvidas sobre o uso dos medicamentos/dispositivos inalatórios e a importância da vinculação com médico pediatra ou pneumologista. Além da marcação de consultas eletivas para as crianças que não possuem médicos de referência ou consulta *on-line* de urgência quando há permanência do quadro clínico ou crise", explica.

O próximo passo, que já vem sendo testado, é o atendimento figital (físico + digital) para crianças com asma grave, que inclui visitas domiciliares realizadas por enfermeiros utilizando o dispositivo TytoCare, que permite exames físicos à distância e monitoramento mais seguro e eficaz por pediatras.

A cooperativa informa que o telemonitoramento complementa as teleconsultas e contribui para promover a saúde preventiva, evitar idas ao pronto socorro e até mesmo evitar internações desnecessárias. %

% CONEXÃO 5G

Mais 242 cidades podem receber o sinal

KLAUCIUS RICARDO

O sinal de conexão 5G pode chegar a mais 242 municípios de Minas Gerais em breve. Isso porque, a partir do dia 5 de agosto, as operadoras brasileiras que realizaram a aquisição de lotes na faixa de 3,5 gigahertz (GHz) estarão aprovadas para solicitar à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) o licenciamento e ativação de estações deste tipo de conexão na faixa mencionada.

Atualmente, 457 cidades mineiras estão liberadas para usar a faixa 3,5GHz pelo 5G, enquanto 396 municípios estão com planejamento aprovado, conforme dados disponíveis na plataforma do Grupo de Acompanhamento da Implantação das Soluções para os Problemas de Interferência (Gaispi) na faixa de 3.625 a 3.700 MHz.

De acordo com o ministro das comunicações, Juscelino Filho, a instalação da conexão no Brasil está em um estágio positivo de progresso. "O sinal já está disponível em todas as capitais e a nossa missão é levá-lo até as pequenas cidades para que toda a população brasileira possa usufruir dos benefícios desse serviço", diz.

Atualmente, 457 cidades mineiras estão liberadas para usar a faixa 3,5GHz pelo 5G FOTO: ZACK STENCIL / MCOM

Ao todo, 506 cidades no Brasil estão presentes na lista divulgada pelo Ministério das Comunicações (MCom) na terça-feira (30), a partir da aprovação da Anatel.

Apesar da liberação nos municípios, é importante ressaltar que as redes não devem ser implementadas de imediato, uma vez que as operadoras prestadoras são responsáveis pela instalação nas regiões de acordo com seus planejamentos de trabalho.

Confira as 10 cidades em Minas Gerais que poderão receber a rede 5G na faixa de 3,5 GHz:

- Ponte Nova, na Zona da Mata;
- São Tomé das Letras, no Sul de Minas;
- Lajinha, na Zona da Mata;
- Itamarati de Minas, na Zona da Mata;
- Ipanema, no Vale do Rio Doce;
- Campos Gerais, no Sul mineiro;
- Aimorés, no Vale do Rio Doce;
- Lagoa dos Patos, no Norte do Estado;
- Monte Belo, no Sul de Minas;
- Santa Rita de Minas, no Vale do Rio Doce.

* **Estagiário sob supervisão da edição %**

Arranha-céu no Espírito Santo atrai investidores de Minas

CONSTRUÇÃO CIVIL **Em torno de 45,5% das aquisições foram realizadas por compradores de fora do estado capixaba, sendo 15% feitos por clientes mineiros e 17% são dos Estados Unidos**

DIONE AS

É na cidade de Vila Velha, no litoral capixaba, mais precisamente no Jockey de Itaparica, que o maior edifício do Espírito Santo está sendo construído. Ele tem duas torres, sendo uma de 25 andares e outra de 50 andares. O chamado Taj Home Resort, projeto gerido pela Grand Construtora, está previsto para ser entregue em novembro de 2026 e tem os mineiros como os principais investidores do Brasil.

Segundo a construtora, com um valor geral de vendas (VGV) estimado em R$ 1,4 bilhão, o empreendimento já contabiliza aproximadamente 49,7% das unidades vendidas desde seu lançamento. E cerca de 45,5% das aquisições foram realizadas por investidores de fora do Espírito Santo, incluindo 15% mineiros e 17% compradores dos Estados Unidos.

O Taj Home Resort prevê, além das duas torres, uma área de lazer com quase 21 mil metros quadrados (m²), que inclui piscinas, spas, academias, um *beach club* e restaurantes. Haverá também apartamentos de luxo com opção de três ou quatro suítes, projetadas com *design* contemporâneo.

Os apartamentos têm 56 m² de área de lazer, que inclui quadras poliesportivas, tênis, *squash*, além de espaços como brinquedoteca, adega e um spa completo.

É no Jockey de Itaparica que o maior edifício do Espírito Santo está sendo construído FOTO: DIVULGAÇÃO / TAJ HOME RESORT

Abordagem biofílica - O Taj Home Resort adota o *design* biofílico, integrando elementos naturais nos ambientes construídos, promovendo o bem-estar dos moradores. Essa abordagem utiliza luz natural, plantas e materiais naturais, criando uma conexão visual e sensorial com a natureza. Além de embelezar o espaço, essa estratégia pode contribuir para a redução do estresse e aumento da produtividade.

"Os mineiros sempre tiveram uma forte conexão com o Espírito Santo, conhecido carinhosamente como o 'litoral dos mineiros', é um destino preferido durante as férias. O Taj Home Resort reflete perfeitamente esse vínculo, oferecendo um refúgio de luxo e exclusividade que combina o conforto de um *design* contemporâneo com a tranquilidade proporcionadapelonosso *design* biofílico. As características únicas do nosso empreendimento, aliadas às facilidades de lazer e à beleza natural do Espírito Santo, justificam o crescente interesse dos mineiros por esse projeto", afirma o diretor presidente da Grand Construtora, Rodrigo Barbosa.

> **"Os mineiros sempre tiveram uma forte conexão com o Espírito Santo, conhecido carinhosamente como o 'litoral dos mineiros', é um destino preferido durante as férias"**
>
> Rodrigo Barbosa

Imóveis de alto padrão - O segmento de imóveis de alto padrão no Brasil apresenta potencial de crescimento. Fatores como a expansão do crédito, a redução da taxa básica de juros e a estabilização do emprego têm contribuído para o aumento da renda média dos brasileiros. Com um cenário macroeconômico favorável, a demanda por imóveis de luxo tende a crescer.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o segmento de médio e alto padrão (MAP) teve um aumento de 22,8% nas vendas em 2023.

Ainda segundo Rodrigo Barbosa, no caso do Espírito Santo, o estado possui forte potencial para a expansão do mercado imobiliário de luxo."Vila Velha se destaca como uma joia dentro desse cenário. Nós temos orgulho de contribuir para o desenvolvimento dessa região, trazendo projetos que não só atendem aos mais altos padrões de qualidade, mas também oferecem uma experiência de vida diferenciada para nossos clientes. Nosso compromisso é continuar inovando e elevando o patamar da construção civil no Brasil, com o objetivo de expandir nossos negócios para outras regiões do País, levando nosso modelo de excelência a novos mercados," frisa.

MODA INFANTIL

Milon planeja expansão no Estado nos próximos meses

DIONE AS

A grife de moda infantil Milon planeja expandir suas operações em Minas Gerais nos próximos meses, inaugurando novas unidades em cinco cidades mineiras - Juiz de Fora (Zona da Mata), Governador Valadares (Vale do Rio Doce), Sete Lagoas (região Central), Patos de Minas (Alto Paranaíba) e Poços de Caldas (Sul de Minas).

De acordo com o diretor-executivo comercial e de marketing da marca, Claudinei Martins, o grupo Kyly, conglomerado têxtil do qual a Milon faz parte, tem por foco crescer com solidez as operações da marca de roupas infantis em shoppings do Estado. Além disso, ele acredita que é preciso ampliar a aceitação da marca junto ao mercado mineiro, onde enxerga forte potencial para esse segmento.

"É importante frisar que o setor de moda infantil ainda é muito tímido, com poucas marcas destinadas 100% a este público em shoppings centers. Queremos complementar o mix dos shoppings mineiros, agregando valor com produtos de qualidade e bom custo-benefício", diz.

Para abrir uma franquia da marca, o investimento total necessário é a partir de R$ 350 mil FOTO: DIVULGAÇÃO / MILON

Ele ainda considera oportuna a negociação de unidades com investidores interessados em apostar na marca não somente nas cinco cidades já previstas, mas como meta para mais 15 novas operações.

"Estamos investindo na expansão da marca por meio das franquias e conversões de lojas próprias, visando estar presente nos principais centros comerciais e nos firmar como referência em vestuário infantil", ressalta.

Atualmente, a Milon está presente com 109 lojas em todo o País, das quais 81 são franquias e 28 são lojas próprias. Em Minas Gerais, a marca já tem unidades presentes emBelo Horizonte, Contagem (Região Metropolitana de Belo Horizonte), Ipatinga (Vale do Aço), Juiz de Fora (Zona da Mata), Montes Claros (Norte de Minas), Varginha (Sul de Minas), Uberlândia e Uberaba (ambas no Triângulo Mineiro).

Como investir na marca - Para abrir uma franquia Milon, o investimento total necessário é a partir de R$ 350 mil. Este valor inclui as instalações, equipamentos, taxa de franquia, estoque inicial e capital de giro. A taxa de franquia é de R$ 40 mil, enquanto o capital de giro deve ser a partir de R$ 50 mil, o que proporciona uma base financeira para o início das operações.

Os franqueados podem esperar um faturamento médio mensal em torno de R$ 130 mil, com um lucro líquido que varia de 12% a 16% sobre as vendas. O prazo de retorno do investimento é estimado em 24 meses, permitindo que os novos investidores vejam um retorno considerável em um período relativamente curto.

Segundo a própria marca, além da taxa de franquia, é cobrado 2% de *royalties* sobre a compra dos produtos, além de uma taxa de publicidade de 3% também sobre o valor de compra. As lojas possuem um tamanho que varia de 35 metros quadrados (m²) a 45m² e, para operar, são necessários, no mínimo, quatro funcionários. O período mínimo de contrato é de cinco anos.

"Uma das estratégias para conquistar este objetivo de expansão é contar com multifranqueados, que atuam em diferentes segmentos e buscam diversificar seus investimentos.

Atualmente, mais de 70% da rede Milon é composta por empresários que possuem negócios dos setores de alimentação, moda adulta, calçadista e de acessórios. Com o conhecimento e a experiência adquirida em outras atuações, este perfil de franqueado consegue desenvolver um ótimo trabalho nas lojas da marca", ressalta Martins.

CONJUNTURA

Pequenas indústrias estão menos confiantes

CENÁRIO ECONÔMICO Pesquisa da CNI vem indicando oscilações abaixo da linha de 50 pontos desde abril

MARA BIANCHETTI, Editora

Num cenário em que a confiança no cenário brasileiro tem se mostrado instável, mesmo com a conjuntura econômica apresentando bons números e as empresas resultados igualmente satisfatórios, as indústrias de pequeno porte do País também estão menos confiantes com a economia e com as próprias empresas. É o que aponta o Panorama da Pequena Indústria, pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No levantamento mais recente, o indicador caiu de 49,7 pontos em junho para 49,3 pontos em julho, confirmando uma oscilação abaixo da linha de 50 pontos desde abril, quando passou do estado de confiança para falta dela.

Por outro lado, ainda que não tenha cruzado a linha dos 50 pontos, as perspectivas para os próximos seis meses são mais favoráveis. Neste caso, o, indicador aumentou de 48,4 pontos para 49,5 pontos em julho e é o maior resultado do ano até o momento.

"A indústria de transformação foi a responsável por essa melhora nas perspectivas, pois espera aumento de demanda, no número de empregados e também têm maior intenção de investir nos próximos meses", explica a economista da CNI, Paula Verlangeiro.

Sobre o desempenho das pequenas indústrias, a pesquisa mostrou estabilidade em junho na comparação com maio, permanecendo em 45,3 pontos. Porém, destaca-se a variação entre os setores, uma vez que a indústria extrativa apresentou avanço de 1,3 ponto, a indústria de transformação registrou pequeno aumento de 0,3 ponto - que pode ser considerado estabilidade - e a indústria da construção, queda de 1,8 ponto.

Por outro lado, levantamento mostrou que os pequenos negócios industriais estão com desempenho estável FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Além disso, o índice de situação financeira das pequenas indústrias aumentou de 40,5 pontos para 41,1 pontos. O indicador é calculado com base na facilidade de acesso ao crédito e na satisfação com a margem de lucro operacional e com a situação financeira.

Conforme a CNI, novamente, a alta do indicador se deu pela indústria de transformação, que registrou alta de 1,1 ponto no trimestre. O resultado se deu, principalmente, pela redução da insatisfação tanto com a margem de lucro operacional quanto com a situação financeira. A dificuldade de acesso ao crédito ainda é alta para todos os setores.

Carga tributária – Sobre os principais problemas enfrentados pelas empresas de pequeno porte, a carga tributária apareceu em primeiro lugar no segundo trimestre. Tanto a indústria de transformação como a construção sinalizaram o entrave.

Outros problemas que compõem o *ranking* são:

- demanda interna insuficiente;
- taxas de juros elevadas;
- falta ou alto custo de trabalhador qualificado e não qualificado;
- e competição desleal (informalidade, contrabando, pirataria). **(Com informações da CNI)**

> **"A indústria de transformação espera aumento de demanda, no número de empregados e também têm maior intenção de investir nos próximos meses"**
>
> Paula Verlangeiro

PNAD CONTÍNUA

Desemprego tem o menor nível do trimestre em 10 anos

São Paulo - O Brasil registrou uma taxa de desemprego de 6,9% no segundo trimestre, menor nível para o período em 10 anos e com novo recorde de pessoas trabalhando, além de aumento da renda.

O resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou forte queda ante os 7,9% registrados nos três primeiros meses do ano e os 8% do segundo trimestre de 2023.

O índice ainda ficou abaixo de 7% pela primeira vez desde o início de 2015, e é também a menor para um trimestre encerrado em junho desde 2014, quando também foi de 6,9%.

Para o economista-chefe do C6 Bank, Felipe Salles, a taxa de desemprego deve encerrar este ano perto de 7% e contribuir para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 2,2%. Para 2025, entretanto, ele estima que a expansão da atividade deve desacelerar a 1,2%.

"De qualquer forma, o mercado de trabalho deve demorar a sofrer os efeitos mais diretos dessa desaceleração e encerrar 2025 ainda próximo de 7%", disse ele.

O mercado de trabalho aquecido vem mantendo a taxa de desemprego em patamares historicamente baixos. Especialistas avaliam que esse cenário deve permanecer por algum tempo, o que também levanta preocupações com a inflação, principalmente de serviços, já que a renda também segue aumentando.

No trimestre encerrado em junho, o rendimento médio real das pessoas ocupadas foi de R$ 3.214, alta de 1,8% no trimestre e de 5,8% na comparação anual.

O Banco Central deliberou também ontem sobre a taxa básica de juros, com ampla expectativa de que a Selic seja mantida em 10,5% e termine o ano neste patamar.

"O elevado nível de emprego deve manter o consumo em alta no segundo semestre, apesar da taxa de juros mais restritiva por mais tempo", disse a economista-chefe do banco Inter, Rafaela Vitória. "O cenário também deve continuar preocupando o Copom, uma vez que a baixa taxa de desocupação pode pressionar a inflação de serviços devido aos reajustes salariais acima da inflação."

Recordes - No segundo trimestre, o número de desempregados somou 7,541 milhões, uma queda de 12,5% em relação aos três primeiros meses do ano e de 12,8% ante o mesmo período do ano passado. Esse é o menor número de pessoas em busca de trabalho desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2015.

Já o total de ocupados atingiu 101,83 milhões, novo recorde da série histórica iniciada em 2012, com uma alta de 1,6% ante o primeiro trimestre e de 3,0% sobre o segundo trimestre de 2023.

"Observa-se a manutenção de resultados positivos e sucessivos. Esses recordes de população ocupada não foram impulsionados apenas nesse trimestre, mas são consequência do efeito cumulativo de uma melhoria do mercado de trabalho em geral nos últimos trimestres", disse a coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy. **(Reuters)**

Em junho, o rendimento médio real das pessoas ocupadas foi de R$ 3.214, alta de 1,8% no trimestre e de 5,8% na comparação anual FOTO: WILSON DIAS / ABR

Trabalhadores formais aumentam 1%

São Paulo - Os trabalhadores com carteira assinada no setor privado aumentaram 1% na comparação trimestral e chegaram a um contingente de 38,380 milhões, enquanto os empregados que não tinham carteira cresceram 3,1% na mesma base de comparação, a 13,797 milhões. Ambos os contingentes também representam recordes.

Beringuy destacou ainda que, na comparação trimestral, as três atividades com alta da ocupação foram comércio, administração pública e as atividades de informação e comunicação.

"Esses três setores absorvem um contingente muito grande de trabalhadores, de serviços básicos e também de serviços mais especializados. Assim, a expansão da ocupação nessas atividades acaba contribuindo para o processo de crescimento da remuneração e do nível da ocupação de diversos segmentos no mercado de trabalho", explicou.

O IBGE destacou ainda que a população desalentada -- que gostaria de trabalhar, mas desistiu de procurar emprego -- recuou para 3,3 milhões no trimestre encerrado em junho, marcando o menor contingente desde o trimestre encerrado em junho de 2016. A queda foi de 9,6% no trimestre e de 11,5% no ano.

"A redução do desalento pode estar relacionada à melhoria das condições do mercado de trabalho como um todo, possibilitando que esse contingente retorne para a força de trabalho", disse a coordenadora do IBGE.

Na terça-feira (30), o Ministério do Trabalho e Emprego informou que em junho o Brasil abriu 201.705 vagas formais de trabalho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), acima da expectativa de economistas. **(Reuters)**

LEGISLAÇÃO

Cancelamento unilateral de contratos coletivos provoca controvérsia

PLANOS DE SAÚDE Projeto de lei será discutido na Câmara após o recesso parlamentar

Brasília - O projeto de lei dos planos de saúde deve se tornar uma das principais discussões na Câmara dos Deputados após o recesso parlamentar. O cancelamento unilateral de contratos coletivos é o principal ponto de controvérsia no debate.

O relator do projeto, deputado Duarte Jr. (PSB-MA), disse que o cancelamento unilateral por parte das empresas deve acabar. Por outro lado, as operadoras buscam garantir a manutenção da cláusula, argumentando que ela é crucial para a sustentabilidade econômica das companhias.

Segundo norma da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os planos de saúde coletivos podem ser rescindidos de forma unilateral e sem necessidade de justificativa, desde que as operadoras cumpram requisitos como o aviso de término do contrato com dois meses de antecedência.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) garantiu que, mesmo após a rescisão unilateral de um plano coletivo, a operadora deve garantir a continuidade da assistência a beneficiários internados ou em tratamento de doença grave até a alta, desde que esses beneficiários cubram integralmente o valor das mensalidades.

A Folha mostrou neste ano uma série de cancelamentos unilaterais de planos, que deixaram muitos pacientes desassistidos durante tratamentos. Em maio, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), firmou um acordo verbal com as operadoras de saúde e houve uma paralisação dos cancelamentos.

> **"O único jeito de passar pano para planos de saúde que prejudicam a população é me removendo da relatoria. Enquanto eu for relator, isso não vai acontecer"**
> Duarte Jr.

Agora, o relator do projeto quer impedir o fim unilateral dos contratos por meio da lei. "O único jeito de passar pano para planos de saúde que prejudicam a população é me removendo da relatoria. Enquanto eu for relator, isso não vai acontecer. Os planos de saúde terão que aprender a respeitar e tratar com dignidade seus clientes. Pessoas não são números, são vidas", afirmou o relator após rumores de que ocorreria a mudança do relator.

Como parte desse acordo com Lira, as operadoras comprometeram-se a suspender os cancelamentos unilaterais enquanto o projeto de lei estiver em tramitação na Câmara ou até uma nova rodada de negociações.

Reivindicações - Segundo fontes presentes na reunião, Lira solicitou que as operadoras de saúde apresentem suas principais reivindicações. Embora a data ainda não tenha sido definida, representantes do setor acreditam que o encontro e a tramitação do projeto na Câmara ocorram ainda no segundo semestre.

Outro ponto de preocupação para o setor é relacionado aos reajustes em planos coletivos. Na prática, esses reajustes podem ocorrer anualmente ou conforme acordos específicos entre a operadora e a pessoa jurídica contratante, sem um limite máximo estabelecido para os aumentos.

Nos planos individuais e familiares, os reajustes anuais são regulados pela ANS, oferecendo mais regras e previsibilidade de custos para os usuários.

A proposta do relator introduz um modelo de cálculo para os reajustes baseado no tamanho das operadoras. Para contratos com mais de cem beneficiários, por exemplo, os aumentos podem ser negociados entre a operadora e o contratante, mas valores significativos precisarão da aprovação da ANS.

Para membros da ANS, o fim da rescisão unilateral e o controle mais rigoroso sobre os reajustes em planos coletivos podem ser prejudiciais ao setor. Eles argumentam que uma regulação mais estrita pode não ser sustentável economicamente para as empresas, especialmente para companhias menores que podem enfrentar dificuldades financeiras, o que gera risco de redução da concorrência. **(Raquel Lopes/Folhapress)**

O relator do projeto, deputado Duarte Jr., defende a extinção do cancelamento unilateral de contratos coletivos de planos de saúde FOTO: MÁRIO AGRA / CÂMARA DOS DEPUTADOS

IMPOSTO DE RENDA

Receita paga R$ 8,5 bilhões de restituições

Brasília - Cerca de 6,1 milhões de contribuintes que entregaram a Declaração do Imposto de Renda Pessoa receberam ontem o terceiro dos cinco lotes de restituição de 2024. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores e inclui cerca de 54 mil contribuintes do Rio Grande do Sul.

A Receita Federal desembolsou R$ 8,5 bilhões a 6.091.572 contribuintes. O pagamento foi feito na conta ou na chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) informada na declaração do Imposto de Renda.

Quase todo o valor, informou o Fisco, foi destinado a contribuintes com prioridade no reembolso. Por causa das enchentes no Rio Grande do Sul, neste ano os contribuintes gaúchos foram incluídos na lista de prioridades.

Em relação a essa lista de prioridades, a maior parte, com 5.711.130 contribuintes, informou a chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na declaração do Imposto de Renda ou usou a declaração pré-preenchida. Desde o ano passado, a informação da chave Pix dá prioridade no recebimento.

Em seguida, há 172.719 contribuintes que não informaram a chave Pix e não se encaixam em nenhuma das categorias de prioridades legais. Este é o primeiro lote a contemplar contribuintes não prioritários.

Idosos – Foram beneficiados 95.040 contribuintes com idade entre 60 e 79 anos. Em quarto lugar, vêm 54.241 contribuintes residentes no Rio Grande do Sul. Em quinto lugar, estão 34.014 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério. O restante dos contribuintes são 14.756 idosos acima de 80 anos e 9.672 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

O contribuinte que quiser saber se foi incluído no lote pode fazer a consulta na página da Receita Federal na internet. Basta clicar em Meu Imposto de Renda e, em seguida, no botão Consultar a Restituição. Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para *tablets* e *smartphones*.

Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se houver uma pendência, ele pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Se, por algum motivo, a restituição não foi depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessar o menu Declarações e Demonstrativos, clicar em Meu Imposto de Renda e, em seguida, no campo Solicitar restituição não resgatada na rede bancária. **(ABr)**

CURTAS

Prorrogação do Programa Litígio Zero

O governo publicou ontem a portaria que amplia de 31 de julho para 31 de outubro o prazo para adesão de contribuintes ao programa Litígio Zero, destinado a promover renegociações de dívidas com a Receita Federal. Ao anunciar a reabertura do programa neste ano, a Receita informou em março que manteria a previsão de R$ 31 bilhões em receitas com a recuperação de créditos tributários. Em 2023, o ganho do Litígio Zero ficou abaixo de R$ 6 bilhões, ante previsão inicial de R$ 50 bilhões. A renegociação vale para pessoas físicas e jurídicas com débito tributário de até R$ 50 milhões em fase administrativa com a Receita. Os descontos podem atingir 100% do valor de juros, multas e encargos.

Prazo para adesão ao Perse termina amanhã

A Abrasel alerta que o prazo para adesão ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) vence amanhã. Esta é a última oportunidade para bares e restaurantes se beneficiarem de uma redução de carga tributária e melhoria no fluxo de caixa. A adesão é obrigatória mesmo para as empresas que já se beneficiaram da primeira fase do programa. Para os casos em que os empreendedores enfrentem alguma restrição, a Abrasel recomenda que seja feita a adesão mesmo assim e, caso haja erro ou recusa na tela de cadastro, que seja tirado um print da tela, de forma que seja utilizada para eventual ação judicial.

Nova Carteira de Identidade Nacional

Dez milhões de brasileiros já têm a nova Carteira de Identidade Nacional (CIN), segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). O documento começou a ser emitido em julho deste ano e atualiza o Sistema de Identidade Nacional, determinando o número do CPF como o único número de Registro Geral (RG) - uma forma de evitar que cada estado emita um documento com número diferente por cidadão. "Estamos trabalhando em conjunto com os estados para ampliar a emissão da CIN, recomendamos aos cidadãos que têm interesse em ter a sua carteira que procurem o posto de atendimento de seu estado", disse o secretário de Governo Digital, Rogério Mascarenhas, em nota enviada à Agência Brasil.

Melhor consultoria de RPPS do País

O escritório Diego Leonel & Advogados Associados foi apontado por gestores de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) como o de melhor consultoria no País. Está entre oito empresas e profissionais escolhidos, em oito categorias, para receber, no dia 5 de agosto, em Campo Grande (MS), o prêmio Referência Nacional da Associação Nacional de Entidades de Previdência Municipal (Aneprem) e da Revista RPPS do Brasil. "É o reconhecimento do nosso trabalho e, por ser organizado por duas entidades conceituadas, mostra que estamos no caminho certo", afirma o advogado Diego Leonel, sócio-diretor do escritório. Estavam aptos a votar cerca de 2.200 gestores, sendo 223 em Minas Gerais. Eles escolheram os premiados nas categorias melhor gestora de recursos, responsabilidade social, melhor assessoria, empresa atuarial, advogado previdenciário, tradição, inovação e melhor consultoria, vencida pelo escritório Diego Leonel, de Minas.

FINANÇAS

Copom mantém a taxa básica de juros em 10,5% ao ano

POLÍTICA MONETÁRIA Decisão sobre a Selic foi unânime, com o alinhamento dos votos dos quatro diretores do Banco Central indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Brasília - O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) manteve ontem a taxa básica de juros, a Selic, em 10,5% ao ano. Esta é a segunda reunião consecutiva sem alteração no patamar dos juros.

A decisão foi unânime, com o alinhamento dos votos dos quatro diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), incluindo Gabriel Galípolo, favorito a assumir o comando da instituição em 2025, no lugar do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto.

A decisão veio em linha com a expectativa consensual do mercado financeiro. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que a manutenção da Selic em dois dígitos, no atual nível de 10,5% ao ano, era a projeção unânime dos economistas consultados.

O ciclo de corte de juros foi interrompido no encontro passado, em junho, com a retomada do consenso entre os membros do colegiado, inclusive os indicados por Lula.

O alinhamento aplacou os ruídos gerados um mês antes, em maio, após um racha no Copom, que alimentou o temor dos analistas de que o BC poderia se tornar mais leniente no combate à inflação no ano que vem.

Em 2025, sete dos nove membros da cúpula do BC terão sido indicados por Lula, incluindo o futuro presidente.

Ao longo do processo de flexibilização, iniciado em agosto de 2023, a taxa básica saiu de 13,75% ao ano e, no acumulado, recuou 3,25 pontos percentuais. Foram seis reduções consecutivas de 0,5 ponto percentual e uma de 0,25 ponto. Hoje, a Selic está no menor patamar desde fevereiro de 2022, quando estava fixada em 9,25% ao ano.

Até o fim do ano, quando termina o mandato de Roberto Campos Neto, o Copom tem mais três rodadas de reuniões: 17 e 18 de setembro, 5 e 6 de novembro e 10 e 11 de dezembro.

Desde a reunião de junho, houve piora no cenário econômico doméstico, com desvalorização do câmbio e projeções de inflação mais distantes do centro da meta.

Incertezas - No mês passado, a taxa de câmbio usada pelo Copom em seu cenário de referência era de R$ 5,30. A depreciação do real frente à moeda americana reflete, segundo economistas, incertezas decorrentes de tensões políticas nos Estados Unidos e da questão fiscal no Brasil.

Nas últimas semanas, as expectativas de inflação apuradas pelo boletim Focus foram revisadas para cima tanto para 2024 quanto para 2025.

Os economistas projetam que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) feche o ano em 4,1% (em junho, o avanço era de 3,96%). Para 2025, horizonte de tempo mais relevante para a decisão do BC, a estimativa saltou para 3,96%, ante 3,8% às vésperas do último Copom. A estimativa para 2026 segue estacionada em 3,6%.

A meta de inflação perseguida pelo BC é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que o objetivo é considerado cumprido se oscilar entre 1,5% (piso) e 4,5% (teto).

Com os efeitos defasados da política monetária sobre a economia, o BC mira hoje o alvo fixado para 2025 e já começa a olhar para 2026. O Copom volta a se reunir nos dias 17 e 18 de setembro para recalibrar o patamar da taxa básica de juros. **(Nathalia Garcia/Folhapress)**

> **"O alinhamento dos membros do Copom aplacou ruídos gerados na reunião de maio, após racha que alimentou o temor dos analistas de que o BC poderia afrouxar o combate à inflação em 2025"**

Diante da pressão inflacionária, a diretoria do BC optou pela cautela ao conservar a taxa Selic no mesmo patamar FOTO: ADRIANO MACHADO / REUTERS

Entidades mineiras alertam para impacto econômico

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) anunciou ontem a manutenção da taxa Selic em 10,50% ao ano, dando continuidade à política monetária contracionista. A decisão foi justificada pela alta nas expectativas de inflação, pela desvalorização cambial e pelas incertezas com relação às contas públicas.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) avalia, por meio de nota, que a manutenção da política monetária em patamar restritivo, sem a sinalização de futuros cortes na taxa de juros, coloca em alerta os agentes econômicos. "Nesse contexto, a capacidade produtiva é diretamente afetada, e os impactos são sentidos de forma sistêmica. O cenário de juros elevados impõe desafios significativos para a indústria, que vão desde a limitação da capacidade de investimento até a redução da competitividade. Esses fatores, combinados, desestimulam o investimento e afetam negativamente o crescimento econômico, a geração de emprego e a renda da população", adverte a entidade.

A Fiemg expressa sua profunda consternação com a postura do Copom, enfatizando que a realidade econômica brasileira exige medidas assertivas. "As empresas enfrentam obstáculos praticamente intransponíveis para obter acesso ao crédito, e a manutenção da taxa de juros em níveis elevados torna esse acesso ainda mais restrito", alerta.

A entidade defende a necessidade da retomada nos cortes da taxa de juros para promover o desenvolvimento econômico sustentável, estimular investimentos e fortalecer o setor produtivo nacional. "É intolerável a manutenção da Selic neste patamar, e cortes nos juros se tornam não apenas urgentes, mas vitais para criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento econômico e social do País, ressalta.

Ciclo de alta - Segundo o economista da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas), Paulo Casaca, enquanto a perspectiva para o Banco Central americano é de iniciar o corte de juros a partir de setembro, no Brasil, na melhor das hipóteses, manteremos a Selic inalterada até o fim do ano. "Na verdade, com a desvalorização cambial e a elevação das expectativas de inflação, é bem provável que o Copom comece a sinalizar um novo ciclo de alta de juros. Há, no entanto, um terceiro argumento para a o início da elevação da Selic que me incomoda: o suposto superaquecimento da atividade econômica", comenta.

Para Casaca, é certo que o desemprego está em queda e o varejo em alta. Todavia, as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) mostram que o volume de serviços está perdendo dinamismo e a indústria continua andando de lado.

"Não dá para cobrar elevação de juros ao menor sinal de recuperação econômica. Precisamos também que o Congresso e o Executivo se comprometam mais com o equilíbrio fiscal. Isso nos permitirá controlar a inflação sem precisar, a todo o momento, prejudicar o crescimento econômico brasileiro via elevação de juros", argumenta.

"É fato que o cenário segue exigindo mais cautela do que flexibilização na condução da política monetária. Porém, o setor de comércio e serviços sofre com essas incertezas. É preciso prezar pelo equilíbrio da conjuntura econômica e melhorar as expectativas relacionadas à inflação, aos indicadores de atividade e à depreciação cambial. Mas, também, são necessárias alternativas que minimizem os impactos para o setor que é a mola propulsora da economia do nosso País", ponderou o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais (FCDL-MG), Frank Sinatra, sobre a manutenção da taxa Selic em 10,5%.

INDICADOR

Brasil tem fluxo cambial positivo de US$ 937 mi em julho

São Luís - O Brasil registrou fluxo cambial positivo de US$ 937 milhões em julho, informou ontem o Banco Central (BC). Os dados são preliminares e relativos até o dia 26 de julho. Em junho, o fluxo foi positivo em US$ 5,603 bilhões.

O canal financeiro, segmento que reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações, teve saída de US$ 2,009 bilhões, resultado de US$ 43,307 bilhões em compras e US$ 45,316 bilhões em vendas.

Já o saldo preliminar do comércio exterior ficou positivo em US$ 2,946 bilhões. Este resultado se deve a US$ 17,841 bilhões em importações e US$ 20,787 bilhões em exportações.

Na semana de 22 a 26 de julho, o fluxo cambial foi positivo em US$ 1,771 bilhão. O canal financeiro teve entrada líquida de US$ 963 milhões, com compras de US$ 10,948 bilhões e vendas de US$ 9,985 bilhões.

O saldo do comércio exterior também foi positivo em US$ 808 milhões, com US$ 5,109 bilhões em importações e US$ 5,917 bilhões em exportações.

No acumulado do ano, o saldo é positivo em US$ 12,375 bilhões, resultado superior ao de 2023, quando a entrada líquida da moeda norte-americana no Brasil atingiu US$ 11,491 bilhões.

No período de janeiro até 26 de julho, foram registradas saídas líquidas de US$ 41,589 bilhões, resultado de aportes de US$ 337,538 bilhões e de saídas de US$ 379,127 bilhões.

O Banco Central informou ainda que o saldo do comércio exterior também está positivo em 2024. No período de janeiro até 26 de julho ele ficou em US$ 53,964 bilhões, referente às importações de US$ 124,633 bilhões e exportações de US$ 178,597 bilhões. **(ABr)**

Fed abre porta para redução dos juros nos EUA em setembro

POLÍTICA MONETÁRIA Corte na taxa básica vai depender da manutenção do alinhamento da inflação com a meta de 2% fixada pelo banco central dos Estados Unidos

Washington - O Federal Reserve (Fed) manteve ontem a taxa básica de juros inalterada, mas abriu a porta para reduzir os custos dos empréstimos já na próxima reunião, em setembro, conforme a inflação continua a se alinhar com a meta de 2% do banco central dos Estados Unidos.

"Houve mais algum progresso em direção à meta de 2% (de inflação) do comitê", disse o Comitê Federal de Mercado Aberto do banco central em um comunicado ao fim de uma reunião de política monetária de dois dias, na qual manteve sua taxa de juros na faixa de 5,25% a 5,50%, mas também preparou o terreno para um corte nos juros em sua reunião de 17 e 18 de setembro, apenas sete semanas antes das eleições de 5 de novembro nos EUA.

Embora as autoridades do Fed estejam cautelosas em relação a quaisquer ações que possam prejudicar sua abordagem voltada para dados e não para questões políticas na fixação da taxa básica, a queda firme da inflação nos últimos meses levou a um amplo consenso de que a batalha contra a alta dos preços está perto do fim.

Segundo o Fed, a inflação agora está apenas "um pouco elevada", um importante rebaixamento em relação à avaliação que o banco central utilizou durante grande parte de sua batalha contra o aumento dos preços de que a inflação estava "elevada".

O banco central usa o índice PCE para sua meta de inflação anual de 2%. O índice PCE subiu 2,5% em junho, depois de ultrapassar 7% em 2022.

Além disso, o Fed removeu a linguagem permanente de que estava "altamente atento aos riscos de inflação" e a substituiu por um reconhecimento de que os formuladores de política monetária estão agora "atentos aos riscos a ambos os lados de seu mandato duplo", que inclui uma cobrança do Congresso norte-americano para manter o pleno emprego consistente com preços estáveis.

Defasagem - Autoridades do Fed já afirmaram que será apropriado reduzir os custos dos empréstimos antes que a inflação realmente retorne à sua meta, para levar em conta a defasagem com que a política monetária afeta a economia.

Até o momento, a economia "continuou a se expandir em um ritmo sólido", disse o Fed em sua mais recente declaração de política monetária e, embora os "ganhos de emprego tenham moderado", a taxa de desemprego "permanece baixa".

No entanto, a taxa de desemprego tem aumentado e, ultimamente, os formuladores de política monetária têm se concentrado mais em evitar o tipo de aumento acentuado do desemprego geralmente associado a juros elevados e à desaceleração da inflação.

O Fed não se comprometeu em sua declaração com um corte nos custos de empréstimos em setembro e repetiu que os formuladores de política monetária ainda precisam de "maior confiança de que a inflação está se movendo de forma sustentável em direção a 2%" antes de reduzir os custos dos empréstimos. A nova declaração de política monetária foi aprovada por unanimidade. **(Reuters)**

O Federal Reserve decidiu conservar inalterada a taxa básica de juros até a próxima reunião, em setembro FOTO: CHRIS WATTIE / FILE PHOTO / REUTERS

> **"A queda firme na inflação nos últimos meses levou a um amplo consenso de que a batalha contra a alta nos preços está perto do fim"**

Indicadores Econômicos

Dólar

		31/07/2024	30/07/2024	29/07/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,6540	R$ 5,6170	R$ 5,6250
	VENDA	R$ 5,6540	R$ 5,6170	R$ 5,6260
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,6615	R$ 5,6526	R$ 5,6473
	VENDA	R$ 5,6621	R$ 5,6532	R$ 5,6479
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6780	R$ 5,6680	R$ 5,6710
	VENDA	R$ 5,8580	R$ 5,8480	R$ 5,8510

Fonte: BC

Ouro

	31/07/2024	30/07/2024	29/07/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.447,15	US$ 2.410,76	US$ 2.384,09
BM&F-SP (g)	R$ 440,92	R$ 433,81	R$ 431,42

Fonte: Gold Price

Inflação

Índices	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	1,10%	2,45%
IPC-Fipe	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	1,87%	2,97%
IGP-DI (FGV)	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	1,11%	2,88%
INPC-IBGE	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	2,68%	3,70%
IPCA-IBGE	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	2,48%	4,23%
IPCA-IPEAD	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	5,06%	6,97%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24
UPC (R$)	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

TR/Poupança

23/06 a 23/07	0,0652	0,5655
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50

Reservas Internacionais

30/07.. US$ 362.220 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80

Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,8076	0,8254
COLON/COSTA RICA	35	0,3629	0,3653
COLON/EL SALVADOR	40	0,01073	0,01086
COROA DINAMARQUESA	55	0,8211	0,8213
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04089	0,04098
COROA NORUEGUESA	65	0,5183	0,5185
COROA SUECA	70	0,5285	0,5287
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5413	1,5416
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6987	3,6996
DOLAR/BAHAMAS	155	5,6615	5,6621
DOLAR CANADENSE	165	4,1005	4,1012
DOLAR DA GUIANA	170	0,0269	0,02722
DOLAR CAYMAN	190	6,7802	6,8632
DOLAR CINGAPURA	195	4,2335	4,2346
DOLAR HONG KONG	205	0,7247	0,7248
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8294	0,8429
DOLAR DOS EUA	220	5,6615	5,6621
FORINT/HUNGRIA	345	0,01554	0,01555
FRANCO SUICO	425	6,435	6,4364
GUARANI/PARAGUAI	450	0,000747	0,0007473
IENE	470	0,03765	0,03765
LIBRA/EGITO	535	0,1165	0,1167
LIBRA ESTERLINA	540	7,2688	7,2701
LIBRA/LIBANO	560	0,0000632	0,0000633
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004354	0,0004355
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1731	0,1732
NOVO SOL/PERU	660	1,5245	1,5257
PESO ARGENTINO	665	0,06761	0,06767
PESO CHILE	715	0,006017	0,006023
PESO/COLOMBIA	720	0,001394	0,001395
PESO/CUBA	725	0,2359	0,2359
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09501	0,09563
PESO/FILIPINAS	735	0,09707	0,09712
PESO/MEXICO	741	0,3042	0,3044
PESO/URUGUAIO	745	0,1404	0,1406
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7296	0,7315
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002688	0,002704
RENMINBI HONG KONG	796	0,7838	0,784
RIAL/CATAR	800	1,5511	1,5534
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,5089	1,5092
RINGGIT/MALASIA	828	1,2316	1,233
RUBLO/RUSSIA	830	0,0657	0,06572
RUPIA/INDIA	860	0,06766	0,06768
WON COREIA SUL	930	0,004133	0,004135
EURO	978	6,1274	6,1287

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

17/07	0,01365639	3,04812311
18/07	0,01365696	3,04825052
19/07	0,01365754	3,04838015
20/07	0,01365781	3,04843943
21/07	0,01365781	3,04843943
22/07	0,01365781	3,04843943
23/07	0,01365823	3,04853405
24/07	0,01365880	3,04866079
25/07	0,01365935	3,04878462
26/07	0,01365991	3,04891012
27/07	0,01366019	3,04897093
28/07	0,01366019	3,04897093
29/07	0,01366019	3,04897093
30/07	0,01366062	3,04906731
31/07	0,01366106	3,04916471

Fonte: Fenaseg

TBF

21/07 a 21/08	0,8087
22/07 a 22/08	0,8457
23/07 a 23/08	0,8461
24/07 a 24/08	0,8470
25/07 a 25/08	0,8105
26/07 a 26/08	0,7737

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

sage

Dia 31

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.07.2024.
Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração mensal - Pagamento do Imposto de Renda devido no mês de junho/2024 pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do imposto por estimativa (art. 5º da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração trimestral - Pagamento da 1ª quota do Imposto de Renda devido no 2º trimestre de 2024, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral com base no lucro real, presumido ou arbitrado (art. 5º da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido sobre ganhos líquidos auferidos no mês de junho/2024, por pessoas jurídicas, inclusive as isentas, em operações realizadas em bolsas de valores de mercadorias, de futuros e assemelhadas, bem como em alienações de ouro, ativo financeiro, e de participações societárias, fora de bolsa (art. 923 do RIR/2018).
Darf Comum (2 vias)

IRPJ/Simples Nacional - Ganho de Capital na alienação de Ativos - Pagamento do Imposto de Renda devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional incidente sobre ganhos de capital (lucros) obtidos na alienação de ativos no mês de junho/2024
(art. 5º, § 6º, da Instrução Normativa SRF nº 608/2006) - Cód. Darf 0507.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de junho/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos - Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos no mês de junho/2024 provenientes de (art. 915 do RIR/2018):
a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600;
b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados, bem como em alienação de ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, no mês de junho/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 6015.
Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração mensal - Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro devida, no mês de junho/2024, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração trimestral - Pagamento da 1ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro devida no 2º trimestre de 2024 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

Refis/Paes - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 9.964/2000; e pelas pessoas físicas e jurídicas optantes pelo Parcelamento Especial (Paes) da parcela mensal, acrescida de juros pela TJLP, conforme Lei nº 10.684/2003.
Darf Comum (2 vias)

Refis - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 11.941/2009.
Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - Profut (Parcelamento de débitos junto à RFB e à PGFN) - Pagamento da parcela mensal, acrescida de juros da Selic e de 1% do mês de pagamento, decorrente do parcelamento de débitos das entidades desportivas profissionais de futebol, nos termos da Lei nº 13.155/2015 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.340/2015.

VARIEDADES

Barreiro faz 169 anos com comemoração o mês todo

KLAUCIUS RICARDO*

Para celebrar o aniversário de 169 anos do Barreiro, que ocorre no dia 3 de agosto, a região será palco de diversas atrações culturais ao longo do mês, realizadas pelo Espaço Cultural Quinta Arte com o auxílio de empresas locais.

Grande parte das atividades será gratuita. A programação terá desde shows de pagode, rock e sertanejo até feiras com peças de artesanato. Uma das apresentações especiais será o show em homenagem aos 70 anos do cantor Paulinho Pedra Azul, que prevê atrair turistas de diferentes regiões do Brasil.

As comemorações do aniversário contam também com um passeio turístico que parte da região Central de Belo Horizonte às 8h, e vai percorrer pontos importantes do Barreiro como o Santuário São Paulo da Cruz; o Parque das Águas; a Praça do Cristo; o Viaduto das Artes e o espaço da Quinta Arte. O trajeto será realizado nos quatro primeiros sábados de agosto (3, 10, 17, 24), com dez participantes em cada dia da atração.

Segundo o produtor do evento, Mauro Satter, a representação da cultura da região é um dos principais objetivos da iniciativa. "O evento de aniversário do Barreiro tem o intuito de apresentar a região para toda a cidade por meio de mostras da cultura local com exposições, shows e outras manifestações que valorizam ainda mais esse importante polo turístico de Belo Horizonte. A região tem mais de 300 mil habitantes e é de suma importância para a capital", destaca.

No ano passado, público lotou a festa de aniversário do Barreiro FOTO: NATÁLIA OLIVEIRA / QUINTA ARTE

Na edição de 2023, o evento de comemoração do aniversário atraiu cerca de 100 mil pessoas que aproveitaram as atrações. A previsão para este ano é de que 150 mil pessoas estejam presentes nas atividades que acontecem ao longo do mês de agosto.

Para mais informações sobre toda a programação e para adquirir ingressos para alguns eventos, é só acessar o perfil oficial do Instagram do evento: *https://www.instagram.com/aniversariodobarreiro/*.

***Estagiário, sob supervisão da edição**

A programação é extensa e quem quiser é só curtir a comemoração durante todo o mês de agosto FOTO: NATÁLIA OLIVEIRA / QUINTA ARTE

Palácio da Liberdade bate recorde de público nas férias

As férias no Palácio da Liberdade bateram recorde de público. Neste mês de julho, o equipamento central do Circuito Liberdade, em Belo Horizonte, recebeu 36.566 visitas, 43% a mais do que em 2023, quando registrou 25.569 visitantes. O sucesso é fruto de uma programação especialmente pensada para o período de recesso escolar, mas não apenas isso: os portões abertos do Palácio tornaram o equipamento uma extensão da Praça da Liberdade, convidando o público a entrar a qualquer hora.

Além disso, ao longo do ano, o equipamento oferece exposições, ações culturais diversas e ainda conta com o educativo, que permite a escolas e outros grupos agendarem visitas guiadas. O resultado é que, de janeiro a julho, o Palácio teve público de mais de 164.746 mil pessoas, um aumento de 26,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Representando mais um recorde de visitação, o número mostra como a população, cada vez mais, entende que o Palácio da Liberdade pertence ao povo mineiro.

"Temos percebido um maior interesse da população de BH e de turistas no Palácio da Liberdade. A gente percebe que eventos como o Férias no Palácio, exposições temporárias e atividades fixas da nossa programação têm surtido efeito. O Palácio está sendo acessado por todos", comemora Júlia Kern Castro, produtora cultural e integrante do educativo do Palácio da Liberdade.

Para receber o público de férias, em boa parte formado por crianças, a equipe idealizou uma programação para valorizar o patrimônio de Minas Gerais. Um dos destaques foi a visita mediada, especialmente para as crianças, que ensinou a história do Palácio a partir de uma metodologia própria, trazendo a narrativa em uma linguagem simples e lúdica para os pequenos.

A ação Férias no Palácio teve enorme sucesso FOTO: DIVULGAÇÃO / POLY ACERBI

Restauração - Desde o ano passado, o Palácio da Liberdade passa por um processo único de restauração, que pode ser acompanhado de perto pelos visitantes. A programação cultural, mesmo com as obras, continuou efervescente. Programas de educação patrimonial, visitas guiadas e outros eventos integram o projeto Ekos da Liberdade, que tem por objetivo a conservação do bem, tombado desde 1975, considerando a importância histórica, artística, arquitetônica e social para os mineiros. **(Agência Minas)**

FOTO: DIVULGAÇÃO / VINÍCIUS CORREIA

Concertos gratuitos no interior

O Grupo de Metais e Percussão da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais se apresenta nesta sexta-feira (2) em Nova Lima, no Espaço Cultural Piero Garzón Henrique, às 20h, e no sábado (3), na cidade de Itabirito, na Praça do Centenário, às 20h. Os músicos levam ao público obras brasileiras e internacionais, através da potente combinação dos naipes de metais e percussão. As apresentações destacam grandes clássicos do repertório sinfônico brasileiro, como "O Trenzinho do Caipira" e "Cantilena" de Villa-Lobos, "Para Lennon e McCartney", de Lô Borges, Márcio Borges e Fernando Brant, além de "Aquarela do Brasil", de Ary Barroso. Também fazem parte do repertório "Fanfarra para o homem comum", de Coplan; "Suíte Pop", de Arthur Frackenpohl; "Um londrino em Nova York", de Jim Parker, e "Suíte Cats", de Chris Hazell. As apresentações são gratuitas e contam com uma formação inusitada de 13 músicos no palco e arranjos autorais. Estes concertos terão interpretação em Libras e fazem parte do projeto Turnê Estadual da Filarmônica.

Central de Reciclagem Criativa

Neste sábado (3), o Projeto Central de Reciclagem Criativa realiza a palestra Papo Reto, a partir das 10h, na loja Léo Piló, no Mercado Novo, no Centro. Leo Piló, artista visual e curador do projeto, fará a palestra de abertura do encontro que também terá a participação de Alfredo Souza Matos, diretor da Asmare, falando sobre "Inclusão social e conscientização ambiental". Além das conversas, o público poderá participar de oficina de isografia, visitar exposição de fotografias que retratam o cotidiano de catadores, conferir a Feira Eco Ações e ainda levar mudas de plantas para casa. O evento é gratuito. A oficina de isografia é às 16h com o professor Betho Freitas, que pretende deixar os participantes mais próximos da técnica de impressão que utiliza placas de isopor como matriz. A Feira Eco Ações conta com produtos e peças feitas por um coletivo de artistas a partir de materiais recicláveis.

"A Barbearia"

O espetáculo "A Barbearia" reestreia em Contagem neste fim de semana. A peça, cujo objetivo é apresentar ao espectador a importância de sair da posição de submissão, será nesta sexta-feira (2), na Casa da Cultura Nair Mendes Moreira (Praça Vereador Josias Belém, 1, Centro), às 19h. No sábado (3), é no Espaço Céu das Artes (rua Magnólia, 100, Arvoredo). Tem espetáculo também no dia 17 de agosto. A Barbearia" é inspirada na obra "Dizer Sim", que foi escrita em 1974 pela autora argentina Griselda Gambaro, durante a ditadura militar na Argentina. A adaptação é assinada pelo produtor teatral Leandro Porto. A entrada é gratuita.

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067